



# Anais da Assembléia

N.º 42

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 20 DE MAIO DE 1985

ANO XI

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

ATA DA 36.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 1985.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Rubens Bueno.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Caíto Quintana, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Ivan Gubert, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (43). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Acir Mezzadri, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Ervin Bonkoski, Gernote Kirinus, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Jorge Maia Filho, Odeni Mongruel, Péricles Pacheco e Tércio Albuquerque (14). Achando-se em licença o Senhor Deputado Dirceu Manfrinato (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Em votação as atas que acabam de serem lidas. Aprovadas.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requiero verificação de votação das atas.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Senhores

Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

26 Senhores Deputados responderam a chamada. Há "quorum" para prosseguimento da sessão. A Presidência irá proceder a verificação de votação das atas, atendendo solicitação do Senhor Deputado Erondy Silvério.

(É procedida a verificação de votação).

Vinte e dois (22) Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita. **Aprovadas as atas.**

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 21/85, oriundo da Mensagem Governamental n.º 59/85, que objetiva criar dois cargos em núcleos regionais.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) SÉRGIO SPADA

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência da discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 56/85 constante da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 168/84, que objetiva reformular a estrutura dos serviços administrativos do Tribunal de Contas do Estado, bem como alterar seu Quadro de Pessoal Efetivo.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com fundamento no que determina o art. 169 do Regimento Interno, que as emendas apresentadas ao Projeto de Lei n.º 56/85 e aprovadas em 2.ª DISCUSSÃO, sejam votadas **englobadamente**, por tratarem de matéria que se refere especificamente ao mesmo artigo do projeto.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado voto de profundo pesar

pelo falecimento do Sr. HUMBERTO CARRANO, médico, antigo morador da cidade da Lapá e que prestou relevantes serviços à população carente do referido município.

Solicitamos, ainda, seja enviado expediente à família enlutada na pessoa da viúva Sra. YOLANDA SUPPLY CARRANO, no seguinte endereço: Praça Gen. Carneiro, 36 – LAPA - PR.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) EDUARDO BAGGIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido nesta Capital, do Sr. ORLANDO BERTOLDI.

Tal passamento vem consternar a nossa sociedade face aos dotes morais do extinto.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência à família enlutada, na Av. Getúlio Vargas n.º 935.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) ERONDY SILVÉRIO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Guimarães Vasconcellos, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor José Mossorunga, ocorrido na Cidade de Umuarama.

Solicito, ainda, seja enviado expediente à família do extinto aos cuidados da Exatoria de Rendas Estaduais de Umuarama.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) NELSON VASCONCELLOS

Apoio: TUGUIO SETOGUTTE.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Luiz Figueiredo, ocorrido no último dia 18 de maio, nesta Capital.

O extinto era pessoa muito estimada, particularmente na cidade de Nova Aurora, onde exerceu as funções de funcionário da Prefeitura Municipal.

Profundamente apegado à família, deixou viúva a Sra. Aparecida Benedita Figueiredo e os filhos Inez Figueiredo, casada com Antônio Segatel, José Luiz Figueiredo, solteiro, Irene Figueiredo, casada com Antônio Pickler, Argemiro Figueiredo, Solteiro, e Alexandra Cristina Figueiredo.

Outrossim, solicito que da decisão deste Plenário seja dada ciência à família enlutada, encaminhando para a Rua Martin Afonso, 2.169, ap. 105 – Curitiba – Pr.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) FUAD NACLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata da presente sessão de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. José Mendes Maina, ocorrido no último dia 13 de abril, na Cidade de Londrina.

O extinto deixa viúva a sra. Otilia César Maina e os filhos Maurício Jorge, Neuralice César, Márcia César, Marco José e Antônio César.

Profundamente comprometido com as causas populares, foi Prefeito Municipal de Cafeara, sendo pessoa muito estimada e reconhecida como Líder político na região.

Outrossim, solicito que da decisão do Plenário seja dada ciência à família enlutada, encaminhando para a Rua Cel. Domingos Soares, 580, Bairro Alto – Curitiba - Pr.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) FUAD NACLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de um voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Deputado FELIPE BITENCOURT, ocorrido na semana passada.

Figura de destaque na vida política paranaense sempre pautou sua ação na defesa intransigente da causa pública e dos interesses maiores da comunidade. Comprometido com o nosso Estado e a sua gente, foi um paranista que sempre buscou fazer valer os anseios e os valores do Paraná.

Sua morte deixa-nos comovidos e com a certeza de que se abre uma lacuna na vida pública de nosso Estado.

Por outro lado, solicitamos que esta Assembléia Legislativa decreto luto oficial por três dias.

Outrossim, solicitamos que da decisão deste Plenário seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) ANIBAL KHURY

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. HEINI EMÍLIO MERTZ, ocorrido no dia 18 de maio, em trágico acidente automobilístico, no trajeto entre Vera Cruz do Oeste – Santa Helena.

Heini Emílio Mertz, era solteiro e empresário, filho de destacada família local, deixou um grande número de amigos – que deles recebia o respeito e a estima.

Requer, ainda que da decisão tomada, seja a família científica, – a/c do Sr. Harry Mertz – Av. Brasil 936 – Santa Helena – Pr.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) WERNER WANDERER

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ERTON ANSCHAU, ocorrido dia 18 de maio em trágico acidente automobilístico, no trajeto entre a Cidade de Vera Cruz do Oeste e Santa Helena.

Casado com a Sra. Lourdes Mazochim Anschau deixa três filhos. Pioneiro no Município de Santa Helena, o desaparecimento não só enlutou seus familiares, como também toda população, devido seu grande círculo de amizades, pois era pessoa de relevante prestígio no meio empresarial.

Da decisão, requer ainda, seja notificada a família enlutada – na Av. Brasil, 936 – Santa Helena – Pr.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) WERNER WANDERER

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o

soberano Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações à UMES — União Mourãoense dos Estudantes de 1.º e 2.º Graus, pela eleição de sua nova Diretoria Executiva, ocorrida na Municipalidade de Campo Mourão, com conseqüente encaminhamento ao jovem José Carlos Padilha.

O movimento estudantil jamais se ateve aos temas educacionais. Sempre tomou posicionamento progressistas que acabaram por favorecer os diferentes setores da coletividade, imbuídos no mais alto espírito de justiça social e honestidade de princípios.

Mais do que nunca o conjunto do estudantado têm procurado se organizar de forma efetiva. Pois, somente representado através de suas entidades é que se é possível, os estudantes, partirem para conquistas que norteiam a própria finalidade das movimentações estudantis.

Dentro de cada estabelecimento de ensino de qualquer lugar deve existir a prática do movimento estudantil, para que, no conjunto e a nível de suas entidades de representação estadual e nacional, haja um real fortalecimento da classe.

Neste sentido, no plano de cada cidade, os órgãos de representação do estudantado historicamente como nos dias de hoje, há demonstrações de combatividade.

Em Campo Mourão tais aspectos também se constatem. A UMES — União Mourãoense dos Estudantes de 1.º e 2.º Graus foi criada há mais de dez anos. Sua história consiste em inúmeros momentos de lutas importantes, em que pese também, ter vivenciado momentos de imobilismo ou de desestímulo, o que, no entanto, é inegável refere-se às lideranças que emergiram no bojo das movimentações em defesa da educação e de um movimento estudantil forte, coeso e livre.

Neste sentido, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não poderia deixar de requerer o devido e justo registro nos Anais deste Poder, as congratulações à UMES, assim como que se faça constar em Ata a relação dos novos integrantes daquela gloriosa entidade.

Presidente:	José Carlos Padilha;
Vice-Presidente:	Adilson Machado Borges;
Secretária Geral:	Ilcemara R. Maschio;
Primeiro Secretário:	Paulo G. de Oliveira;
Tesoureiro Geral:	Laudenor G. de Oliveira;
Primeiro Tesoureiro:	Israel Rosa;
Coordenador:	Osmar S. Alencar;

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento de GUSTAVO ANDRADE DE OLIVEIRA, ocorrido em 18 de maio, em trágico acidente automobilístico, no trajeto entre a Cidade de Vera Cruz do Oeste e Santa Helena.

Dr. Gustavo ocupava o cargo de Engenheiro da Prefeitura Municipal de Santa Helena, era casado com Sra. Rita Fagundes Oliveira e deixa três filhos.

O acontecimento veio consternar elevada parcela da sociedade local, onde cultivava exemplar espírito de solidariedade humana e pelas obras edificadas no município, deixadas como marco de seu honrado trabalho.

Desta decisão, requer, ainda, seja dada ciência à família enlutada no endereço: Rua 21 de abril n.º 557 — Curitiba — Pr.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) WERNER WANDERER

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja designada uma comissão composta por seis (6) Parlamentares, para representar esta Assembléia Legislativa nas solenidades de instalação e posse da Diretoria da Seccional da União Parlamentar Interestadual — UPI, a realizar-se nos dias 23 e 24 do corrente mês, em João Pessoa.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de voto de congratulações ao Dr. José Eduardo de Andrade Vieira, Presidente do Grupo BAMERINDUS, pela homenagem que lhe é prestada pela Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Curitiba, com a outorga do título de "Personalidade AECIC — 84", dando-se ciência da consignação deste voto ao homenageado.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de voto de louvor à Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Curitiba pela homenagem ao Presidente do Grupo BAMERINDUS, Dr. José Eduardo de Andrade Vieira, outorgando-lhe o título de "Personalidade AECIC — 84", e que se dê ciência ao Presidente da AECIC, Léo Roberto Diedrich, da consignação deste voto.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de congratulações, com inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, pela passagem do DIA NACIONAL DO CONGREGADO MARIANO, transcorrido no último domingo, dia 19 de maio de 1985.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Dr. Benedito de Siqueira Bacellar, Mui Digno Presidente da Federação das Congregações Marianas da Arquidiocese de Curitiba — Rua Dr. Muricy, 926 — 3.º Andar — 80.000 — Curitiba — Paraná.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

O preito de fé de quem assume o compromisso de filiar-se à Congregação Mariana é, antes de tudo uma oportunidade de participar de um Movimento Religioso cujos princípios promove a elevação espiritual e estabelece normas para uma vida cristã das mais ricas.

É, pois, das mais justas, a homenagem que rendemos a todos aqueles, quer sejam jovens ou adultos, que integram as fileiras da Congregação Mariana, em qualquer lugar, onde se encontrem.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações ao 1.º Encontro Paranaense de Agentes de Saúde, realizado recentemente na Municipalidade de Campo Mourão, com conseqüente encaminhamento à Comissão Organizadora daquele evento, a ilustríssima Senhora Coordenadora Iracy Ferreira de Oliveira.

Dias 26, 27 e 28 de abril foram datas históricas para Campo Mourão. Aquela cidade sediava na ocasião o 1.º Encontro Paranaense de Agentes de Saúde, reunindo duzentos e quarenta pessoas, representando trinta e oito municípios, além de uma série de autoridades do setor.

Vale destacar, primeiramente, o fato de que o mencionado Encontro não se realizou em Campo Mourão por acaso. Na verdade, reflete, sem dúvida alguma a capacidade política e de realização dos diversos Agentes que atuam naquele município, particularmente na pessoa da Senhora Iracy Ferreira de Oliveira que, com seu dinamismo coordenou todo o trabalho que permitiu o sucesso do Encontro.

Para o Estado do Paraná, o 1.º Encontro foi um passo nunca antes dado. Pois os Agentes até então jamais haviam realizado ou pelo menos participado de uma reunião desta natureza, que lhes permitissem um verdadeiro entrosamento entre profissionais, e, mais do que isto, uma união em torno de interesses que fossem comum a todos.

Foram três dias de intensa discussão, cujos debates permitiram importantíssimas Conclusões, das quais, através do presente requerimento de congratulações devem ficar constadas nos Anais deste Poder Legislativo:

**POLÍTICA SALARIAL:** piso salarial com o mínimo de três salários-mínimos; plano de cargos e salários com promoções salariais; trimestralidade.

**INSALUBRIDADE:** 30 por cento de insalubridade baseado no piso salarial da classe, estabelecida como anotação em carteira profissional.

**MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO:** fornecimento de medicamentos básicos para atendimento direto à população; valorização do trabalho dos agentes de saúde, com reconhecimento da profissão, dedicando espaço mensal para aprimoramento de estudos, reuniões de trabalho relativo à saúde; que não haja interferência política no setor de saúde e que não venha a prejudicar o agente de saúde; carga horária equiparada como o piso salarial no caso em seis (6) horas de trabalho; liberação do funcionário no dia do pagamento para recebimento no mínimo de duas (2) horas; estabilidade no emprego;

**ORGANIZAÇÃO DA CLASSE:** formação de comissões provisória municipal e provisória estadual, onde irao se reunir dentro de trinta (30) dias em Curitiba, que será a cidade-sede do 2.º Encontro Paranaense de Agentes de Saúde.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações ao jornalista Dino Almeida, que está comemorando, trinta (30) anos de jornalismo.

Dotado de grande inteligência, de inpecável honradez, é hoje o colunista de maior conceito e credibilidade no sul do Brasil.

A coluna de Dino Almeida passou, há muitos anos, a ser

leitura quase obrigatória a milhares de brasileiros, conseqüência natural da excelente qualidade do material utilizado, com uma criteriosa seleção de notícias que passaram a integrar o dia-a-dia de seus leitores. Aliás, nas rodas sociais, para um acontecimento ser considerado importante, vem sempre a justificativa de interlocutores: "Isso se deu na coluna do Dino Almeida". Ou então: "Você viu, saiu no Dino Almeida". São expressões que mostram o respeito que a sociedade credita ao mais antigo colunista social do Sul do Brasil.

Esta Assembléia Legislativa, como a verdadeira Casa do Povo, tem o dever de homenagear esse homem que tantos serviços vem prestando à sociedade paranaense. Um profissional digno do respeito e do louvor.

Requeiro, ainda, que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada ao homenageado, no Jornal "Gazeta do Povo".

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) ANTÔNIO BELINATI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata da presente sessão, de voto de regozijo e cumprimentos, manifestados à pessoa do Sr. Iraci Trivisani Rosa, Presidente da Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná — AERP, por promover e sediar na Cidade de Ponta Grossa, nos dias 17 e 18 do mês em curso, o "IX CONGRESSO DE RADIODIFUSÃO DO APARANÁ".

Tendo como objetivo maior conjugar interesses comuns à classe e o desenvolvimento de metas prioritárias, que visem solucionar questões atinentes ao serviço de radiodifusão em nosso Estado, congregará o conclave personalidades da mais alta representatividade no campo da comunicação.

Desta decisão, requer, ainda, seja dado ciência àquela Presidência, no seguinte endereço: Pça. Zacarias, 80 — 11.º andar, Conj. 1.103 — Curitiba — Pr.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) ODENI MONGRUEL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da reunião de hoje, voto de aplausos ao Excelentíssimo Senhor Doutor CLAUS MAGNO GERMER, Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura do Estado do Paraná, extensivos a todos os colaboradores daquela Pasta, pela austeridade, dedicação e probidade com o manuseio da coisa pública, especialmente no que tange à economia de combustível na Administração Direta, durante o exercício de 1984, refletindo positivamente no Governo JOSÉ RICHIA.

Outrossim, solicita que da decisão da Casa, se dê ciência ao Dr. CLAUS MAGNO GERMER.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a consignação nos Anais da Casa de um voto de regozijo pela inauguração do Santuário Mariano Internacional de Schoenstatt em Curitiba, no dia 19 de maio de 1985. Pede ainda que seja enviada cópia deste expediente ao Sr. Nivaldo Abra, coordenador do Movimento em Curitiba, Rua Lamenha Lins, 585 — ap. 1901 — Curitiba — Paraná; ao Pe. Irineu Trevisan, Diretor Nacional, Rua Espírito Santo, 762 — Londrina

Paraná, à Irmã Ines Maria Rubin, Rua Lamenha Lins, 585 - apt. 1901 - Curitiba - Paraná; e a Dom Geraldo Majela Agnelo, Arcebispo de Londrina, Cúria Diocesana de Londrina, Av. São Paulo, 390 - Londrina - Pr.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) EDGARD PIMENTEL

#### JUSTIFICATIVA:

O Padre Kentenich, fundador da Obra de Shoenstatt estava totalmente tomado pelo pensamento: "Deus governa o mundo, e o meu caminho é adaptar-se ao governo de Deus". Todo o seu pensar e contemplar serviu um único fim: estar aberto a cada momento à vontade do Pai do Céu. Reconheceu bem cedo que Deus colocou como meta de sua vida a grande tarefa de dar ao mundo um novo homem na nova comunidade. O movimento interestadual de Shoenstatt surgiu em 1914, na Alemanha, e contribui na renovação da ordem sócio-político-econômico, através da formação de um novo homem, imbuído dos valores de Deus e valores morais. É um movimento internacional com organizações que abrangem todas as classes: sacerdotes, religiosos e leigos. É uma obra que tem como fundador um homem: carismático, profético e providencial. O movimento se centraliza numa fonte de graças: o santuário é centro de formação, lugar de romaria, lugar de abrigo, beleza, paz e alegria.

E, tem como objetivo um novo homem na sociedade, rico espiritualmente, realizado profissionalmente; equilibrado psicologicamente; feliz vocacionalmente; integrado e comprometido socialmente; elevado eticamente e maduro religiosamente.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio ao Núncio Apostólico do Brasil, mensagem de solidariedade a Frei Leonardo Boff, pela injusta e excessiva punição de que foi vítima em razão de sua postura a favor de uma igreja social.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

#### JUSTIFICATIVA:

Foi punido, dias atrás, pelo Vaticano, com a pena de um ano de silêncio total, o teólogo brasileiro Leonardo Boff, um dos mais notáveis expoentes da tese de que a Igreja não pode subsistir sem preocupação social.

A medida representa um duro golpe desferido contra a igreja brasileira e, mesmo sul-americana. Representa, por outro lado, uma cabal demonstração de indiferença, pela cúpula de Roma, em relação à realidade social em nosso explorado continente.

Depois de alguns séculos de alienação, e mesmo intransigente defesa dos poderosos, é nos dias de hoje que a Igreja Católica vem reencontrando seus próprios princípios, colocando-se com decisão ao lado dos desprotegidos e denunciando as distorções estruturais que levam à iníqua, gritante, cruel situação de injustiça social em que vivemos.

A libertação das vítimas deste "status quo" é a grande palavra de ordem da pregação de Boff e de um número imenso e crescente de religiosos. Calá-lo não calará a todos e, pior, não diminuirá o sofrimento dos milhões de oprimidos.

A censura não aniquila a liberdade. A violência não esconde a verdade. O silêncio não elimina a mensagem. Varrer a poeira para debaixo do tapete não limpa a sala.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas

atribuições regimentais, REQUER que esta Casa, ouvido o Plenário, encaminhe ao Congresso Nacional, especificamente à Mesa da Câmara dos Deputados, apelo no sentido de ser aprovado com a máxima urgência o Projeto de Lei 2049/83, de autoria do Deputado Denisar Ameiro, que permite a tolerância máxima de 5 por cento sobre os limites de peso bruto total e peso bruto por eixo de veículos à superfície das vias públicas.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) EDGARD PIMENTEL

#### APOIAMENTO:

Luiz Alberto Oliveira, Tuguo Setogutte, Roberto Requião, Amélia Hruschka, José Antônio Fonseca, Antônio Belinati, Adhail Sprenger Passos, Tadeu França, Nelson Vasconcellos, Rubens Bueno, Márcio Almeida, Ailton Cordeiro, Sabino Campos, Ivan Gubert, Gabriel Manoel, Trajano Bastos, Osvaldo Alencar Furtado, Anibal Khury, Ezequias Losso, Nelson Buffara e Gilberto Carvalho.

#### JUSTIFICATIVA:

Um clima de tensão domina a classe dos motoristas de caminhão diante da abusada cobrança de multas nas balanças rodoviárias instaladas pelo DNER em rodovias do nosso Estado, notadamente na BR-277. Já se constatou, conforme denúncia das entidades de classe, que tais equipamentos apresentam performance irregular visto que um mesmo veículo acusa peso diferenciado de sua carga entre um posto e outro mais próximo.

Também não são feitas as aferições periódicas, sendo que muitas balanças já ultrapassaram de meses as datas previstas de aferição. Quanto a eventuais defeitos, os funcionários que trabalham nesses postos alegam não serem especializados no assunto e, assim, não interferem no equipamento. Enquanto isso, prospera a indústria de multas que deve ser o verdadeiro intento do DNER, que transformou estes postos de balanças em autênticos caça-milhões. Afora isso, os motoristas são maltratados, sendo comuns cenas de quase agressão. A categoria já ameaçou por vezes paralisar o tráfego em sinal de protesto, só não o fazendo por gestões de seus órgãos de classe que aguardam a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projeto de lei que permite uma tolerância de 5 por cento sobre os limites de peso bruto total e peso bruto transmitido por eixo de veículos sobre a superfície das vias públicas.

A aprovação do projeto reduzirá em torno de 70 por cento o volume das multas, o que aliviará sensivelmente as tensões até que se encontre uma solução definitiva para o problema.

Este é o intuito do nosso requerimento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes no sentido de que, mediante a disponibilidade de recursos financeiros, determine a imediata recuperação e permanente conservação, da estrada que liga o Distrito Administrativo de Arapuã, pertencente à municipalidade de Janiópolis e à municipalidade de Boa Esperança.

O estado que se verifica a estrada que serve de ligação entre Arapuã e Boa Esperança é extremamente precário. Muitos são os trechos que, inclusive, não apresentam a menor condição de trafegabilidade, notadamente em períodos chuvosos.

Tal situação só tem acarretado diversos transtornos.

Mais do que isto, tem, na verdade, trazido uma série de prejuízos. Pois, em se tratando de uma região predominantemente agrícola, há a real necessidade de escomento do que é produzido pelo citado setor.

E, é justamente no âmbito das propriedades rurais que tem havido as maiores críticas ante a situação daquela via de ligação. Conforme os abaixo relacionados, a presente solicitação, as preocupações são muitas por parte dos agricultores que simplesmente não mais suportam a grave situação vivida:

Oswaldo Pereira da Silva, João Francisco de Oliveira, Luiz Beletato, José Francisco, Orlando Romagnolo, Gilberto Pedro Vidotti, Altamira Marinho de Moraes, Henrique Estevam, Alcides Muniz de Oliveira, João Romagnolo, Ivo Carlos Canalli, João Batista de Souza, Jácomo Cioni, David Celoni, Braz Basílio Prizon e José Ribeiro Martins.

Tais manifestações dos Srs. dão bem uma idéia da problemática referente à estrada.

Neste sentido e diante da exposição de motivos, espera-se a tomada de medidas que sejam efetivamente caazes de por fim ao problema mencionado, recuperando a estrada e, conseqüentemente, trazendo novamente a segurança aos usuários.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. Governador do Etado solicitando que em anexo à mensagem propondo o reajuste dos servidores civis e militares do Estado, sejam encaminhadas as seguintes informações:

1. O número de servidores, na ativa, de Quadro Geral e de cada um dos quadros próprios, especificando, em cada quadro, o número de servidores em cada um dos padrões e referências bem como os enquadrados nos regimes de 20, 30 e 40 horas semanais.

2. O número de cargos em comissão das simbologias "DAS" e "C" das funções gratificadas, especificando quantos deles estão preenchidos e quantos e quais por servidores estatutários.

3. O montante mensal, atual e com o reajuste, das despesas com o pessoal.

4. O montante mensal, atual e com o reajuste, pago a título de adicional por tempo de serviço e a título de outra vantagens, separadamente.

5. O montante mensal, atual e com o reajuste, das despesas, com o pessoal inativo.

6. O montante mensal, atual, do pessoal regido pela CLT.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – Líder do PDS

#### JUSTIFICATIVA:

Habitualmente o Executivo encaminha à Assembléia a mensagem de reajuste do funcionalismo, acompanhada das diversas tabelas de remuneração dos servidores do Quadro Geral e dos vários quadros próprios, bem como solicitando crédito adicional para atender as despesas adicionais decorrentes do reajuste proposto. O Legislativo, contudo, não tem condições de fazer uma correta apreciação da matéria por não dispor de informações detalhadas sobre o número de servidores enquadrados em cada um dos padrões e referências.

A mensagem anual referente ao exercício de 1983, informa o número de funcionários por regime e órgão da Administração Direta e Autárquica, (tabelas 4.5.3 e 4.5.4),

Curitiba, segunda, em 20.05.85

o que já não ocorre com a mensagem relativa a 1984, na qual consta uma informação muito sintetizada da situação dos recursos humanos do Poder Executivo (Quadro 5.3.16.)

Essas informações não são suficientes para se ter uma clara compreensão da pirâmide salarial nem dos vários elementos que compõem a despesa geral do Estado com o seu pessoal, a fim de se poder verificar se a política salarial realizada pelo atual Governo atende, com justiça, os anseios legítimos do funcionalismo ou se há distorções inadmissíveis, tal como ocorre na Câmara Municipal de São Paulo, conforme amplamente divulgado.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. Deni Lineu Schwartz, DD. Secretário dos Trnsportes e ao Sr. Heins Georg Herwig, DD. Diretor Geral do DER, solicitando que os mesmos determinem estudos de viabilização para o asfaltamento do acesso da BR-277 à Fábrica de Cimento Itambé, localizada no Município de Balsa Nova.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) ACIR MEZZADRI

#### JUSTIFICATIVA:

Prende-se o pedido em tela ao fato de que o trecho aludido de aproximadamente dois quilômetros, possui intenso tráfego de caminhões pesados para o transporte do cimento ali produzido aos mais distantes pontos do País, gerando conseqüentemente maior arrecadação de ICM aos cofres públicos.

A medida ora solicitada, se concretizada, virá beeficiar aos inúmeros caminhoneiros que se obrigam a transitar naquele trecho, agilizando e reduzindo a permanência dos mesmos junto à fábrica permitindo com isso maior movimentação do tráfego de carga a ser transportada.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Dr. Ignácio Mammana Neto, congratulando-se com sua nomeação e posse como Presidente da Comapnhia de Financiamento de Produção - CFP, do Ministério da Agricultura, em Brasília, cuja nomeação recaiu sobre companheiro que representará com bilho o povo paranaense num dos postos dos mais elevados escalões da Nova República.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

O Paraná, como maior produtor de grãos do País, espera do novo Presidente de tão importante órgão do Ministério da Agricultura, diretrizes concretas para o atendimento de nosos agricultores em especial os de médio e pequeno porte, que durante a execução do modelo econômico dos último últimos Governos da Revolução foram praticamente marginalizados.

Estamos certos que a produção, em especial de alimentos, receberá prioritário atendimento do novo Presidente, Dr. Ignácio Mammana Neto, homem perfeitamente identificado com a problemática da agricultura, bem como do Cooperativismo Paranaense, sensível aos seus mais urgentes reclamos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.



O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador ARMANDO CARNEIRO, Digníssimo Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, solicitando urgência na criação da Comarca de Pinhão.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) TRAJANO BASTOS.

#### JUSTIFICATIVA:

A criação da Comarca de Pinhão é a mais legítima aspiração de seu povo, que há muito vem lutando e esperando pela sua consecução, retardada que vem sendo, através dos tempos e sem motivos que justifiquem. Ao apelarmos ao Excelentíssimo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, o fazemos na certeza de que haverá de corresponder às expectativas do povo daquele município.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Jornalista FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO, DD. Diretor da TV Paranaense, Canal 12, de Curitiba, pela apresentação por essa telemissora da série de programas do cientista francês Jacques Costeau sobre a Amazônia.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) EDGARD PIMENTEL

#### JUSTIFICATIVA:

Trata-se de programa de elevado conteúdo didático-científico destinado a alcançar, como vem acontecendo, grande repercussão entre o público telespectador. A apresentação dessa série constitui, também, valiosa contribuição para a criação de uma mentalidade que venha a contribuir para a preservação da fauna e da flora, que vêm sendo depredadas e degradadas pela ação nefasta de exploradores que se põem longe do alcance da lei. Esses programas contribuem para que se desperte uma nova consciência preservacionista da natureza.

Pelo seu alto valor educativo, sugerimos que a série de programas seja apresentada em novos horários para atendimento da juventude a quem prestarão um inestimável serviço no campo da educação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado do Planejamento, Otto Bracarense, no sentido de que sejam liberados os recursos destinados às Casas de Estudantes do Paraná.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

#### JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a importância que as Casas de Estudantes exercem sobre a comunidade universitária do Paraná, uma vez que, delas dependem a continuidade dos estudos para muitos universitários, solicitamos que Vossa Excelência preste o seu imprescindível e decisivo apoio, no tocante a liberação dos recursos para estas entidades.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Governador do Estado, José Richa, no sentido de que sejam liberados os recursos destinados às Casas de Estudantes do

Paraná.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

#### JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a importância que as Casas de Estudantes exercem sobre a comunidade universitária do Paraná, uma vez que, delas dependem a continuidade dos estudos para muitos universitários, solicitamos que Vossa Excelência preste o seu imprescindível e decisivo apoio, no tocante a liberação dos recursos para estas entidades.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente a Secretaria de Educação do Paraná, solicitando atenção especial à Escola Estadual Rui Barbosa – Município de Londrina, frente às reivindicações de canchas para a prática de Educação Física.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) MÁRCIO ALMEIDA

#### JUSTIFICATIVA:

As crianças da Escola Estadual Rui Barbosa, localizada no Município de Londrina, estão fazendo seus exercícios de educação física no meio da rua, já que a escola, como outros estabelecimentos de ensino estadual em Londrina, não possui canchas para a prática de esportes, obrigatório para alunos de 1.º e 2.º graus. Esta afirmação publicada pelo conceituado jornal "Folha de Londrina", em sua edição de 16/05, vem apenas colocar à tona toda a problemática dos estabelecimentos de ensino do Município de Londrina, especialmente a Escola Estadual Rui Barbosa. E que não se restringe a canchas de esportes mas a toda uma infra-estrutura insuficiente para o grande contingente de alunos.

Embora termos claro que as prioridades do Governo do Paraná com relação à Educação não sejam a construção de canchas de esportes e bibliotecas, como reivindicam com justiça os professores, pais e alunos daquela escola, estes elementos não deixam de ser prioritários para o bom nível de ensino em qualquer estabelecimento e particularmente a Escola Rui Barbosa por comprometer a segurança dos escolares.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Previdência no sentido de que, mediante estudos apropriados, determine a criação e instalação de um escritório do FUNRURAL, na Municipalidade de Campina da Lagoa.

Na verdade, já existiu, até o dia 31 de janeiro de 1985, uma representação do FUNRURAL naquela cidade. No entanto, por decisão pessoal da titular, a mesma havia decidido não mais permanecer em suas funções. Daquela época até os dias de hoje, sem a nomeação de qualquer outra pessoa, o órgão deixou de existir, restando somente uma única informação: a de que os interessados deveriam dirigir-se até o escritório regional sediado na cidade de Campo Mourão.

Diante de tal situação, naturalmente que os reclamos foram generalizados, pois o Município de Campina da Lagoa perdia a existência de um órgão que nem sequer se concretizava na prática.

Neste sentido, a Câmara Municipal daquela cidade, aprovou indicação do Excelentíssimo Senhor Vereador Rubens Barbosa no sentido de que o FUNRURAL seja instalado. Contando com o apoio de todos os demais integrantes do Poder Legislativo local, tal solicitação é, sem dúvida alguma,

extremamente justa, tendo em vista o próprio porte do município cuja sustentação sócio-econômica é a atividade agrícola e pecuária.

Ademais, por se tratar de uma região eminentemente agropastoril, naturalmente há a presença de grandioso número de trabalhadores rurais, a quem o FUNRURAL, por sua própria finalidade, atenderia.

Diante da exposição de motivos, é de esperar que esse Ministério determine a imediata realização de estudos, determinando também, a implantação do FUNRURAL em Campina da Lagoa.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) RUBENS BUENO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Cultura e Esporte, no sentido de que se lhe libere recurso de ordem financeira a ser aplicado na construção de uma cancha polivalente na localidade de Taquarimbé, pertencente à Municipalidade de Araruna.

A força do trabalho da localidade de Taquarimbé, através de sua gente, facilmente se constata nos resultados das safras agrícolas, que, somando ao restante do Município de Araruna, significam a verdadeira sustentação sócio-econômica de toda aquela vasta região.

O conjunto da população de Taquarimbé é formado, em sua maioria, por um expressivo número de jovens. Esta mesma juventude, nos dias de hoje, está em muito privada de praticar as várias modalidades esportivas existentes, tendo em vista a falta de um local apropriado.

Neste sentido, conforme iniciativa do Excelentíssimo Senhor Antônio Laércio Swagen, integrante do Poder Legislativo Araruense e pertencente à Bancada do PMDB, torna-se indispensável a construção de uma cancha poliesportiva naquele povoado.

Face ao exposto, espera-se dessa Secretaria de Estado da Cultura e Esporte o encaminhamento necessário a presente solicitação, que embora seja de iniciativa do citado nobre Vereador, seguramente representa o verdadeiro anseio de Taquarim

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1985.

(a) RUBENS BUENO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 78/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica declarada de utilidade pública estadual, a Associação das Senhoras de Rotarianos de Moreira Sales, com sede em Moreira Sales-Pr e foro no Município de Goioerê-Pr.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20/05/85.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

De iniciativa da Senhora Maria Benedita Lopes Marques, Presidente daquela entidade assistencial, visa o presente projeto fornecer à Associação de Senhoras de Rotarianos de Moreira Sales a justa

Curitiba, segunda, em 20.05.85

contribuição pelo trabalho de elevado espírito de desprendimento levado a efeito.

Prestando assistência a quem dela necessita, seja através da realização de bazares, encenações bíblicas, mutirões, distribuição de alimentos à população carente, palestras sobre temas variados, festas beneficentes e outras, a referida entidade vem desempenhando atividades sociais de grande abrangência, zelando por uma parcela da população que não possui as condições mínimas de vigência.

Trata-se, portanto, de um trabalho inteiramente realizado na comunidade e a ela destinado. Com a participação efetiva destas abenegadas senhoras, foi possível levar adiante as atividades já descritas, tendo sido alcançado com êxito o objetivo ao qual se propunha a Entidade.

Diante do exposto, apela a presente Associação para a compreensão dos nobres Parlamentares, possa ser considerada de utilidade pública estadual a Associação das Senhoras de Rotarianos do Município de Moreira Sales, preenchidos os requisitos legais da Lei n.º 6994 como comprova a documentação anexa.

PROJETO DE LEI N.º 79/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - O artigo 21 e seu parágrafo único, da Lei n.º 7.424, de 17 de dezembro de 1.980, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.21 - O servidor inativo do Estado que tenha exercido ou venha a exercer, após aposentado, cargo em comissão por um período mínimo de três (03) anos consecutivos ou cinco (05) anos alternados, terá seus proventos de inatividade revistos na data de seu desligamento do cargo que venha exercendo ou a partir da data prevista no art.26, se já estiver desligado do cargo em comissão, com base no vencimento do cargo de maior símbolo que houver exercido por um período não inferior a um (01) ano.

Parágrafo único - Se, nas condições deste artigo, o cargo em comissão exercido não se conformar aos símbolos estabelecidos para os cargos em comissão do Poder Executivo, a revisão far-se-á, pelos vencimentos do de maior símbolo, ficando assegurado o mesmo tratamento pelo exercício de cargo diretivo de órgão da Administração Indireta do Estado."

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20/05/85.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.



## JUSTIFICATIVA:

O que se pretende com a presente lei é sanar o intolerável casuísmo contra os funcionários públicos, contido na Lei n.º 7.424, visto que, a Lei ora alterada, proporciona benefícios somente aos funcionários que ostentavam cargos em comissão na data de sua vigência, excluindo pura e simplesmente funcionários que atualmente, embora preenchendo os mesmos requisitos, não percebem benefícios algum e, certamente, constituindo a grande maioria.

PROJETO DE LEI N.º 80/85  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art.1.º - O artigo 3.º da Lei n.º 8069 de 28 de dezembro de 1984, passa a ter a seguinte redação:

"O valor mensal das pensões especiais, previsto no artigo 3.º da Lei n.º 7.877 de 04 de julho de 1984, não terá valor inferior a um (01) salário mínimo regional.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20/05/85.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

## JUSTIFICATIVA:

É fato que a política econômica aplicada pelo Governo anterior causou enormes prejuízos à sociedade. A recessão, a quase virtual paralisação da atividade econômica, o arrocho salarial e a inflação os aspectos mais graves da calamidade em que foi deixado o País.

Uma das conseqüências destes fatores, particularmente o arrocho salarial e a inflação, tem sido a crescente deterioração dos valores das pensões pagas para viúvas ou dependentes.

O presente projeto de lei visa corrigir as distorções geradas por tal deterioração, bem como, assegurar que ao pensionista será pago um valor que lhe dê condições dignas de vida.

A medida, portanto, possui elevado alcance social. Sua aprovação irá de encontro a uma política econômica que não só garanta a sua retomada do desenvolvimento, acompanhada da necessária justiça social, como também, além de pôr fim ao arrocho dos salários, igualmente busque recompor os ganhos em níveis reais.

PROJETO DE LEI N.º 81/85  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art.1.º - É vedada a contratação de empresas particulares, por órgãos da administração pública estadual, fundações ou empresas onde o Estado mantém

participação majoritária, para a realização de pesquisas de opinião pública onde estejam contidas perguntas sobre opiniões ou preferências político-partidárias ou para avaliação de prestígio de pessoas ou entidades.

Parágrafo Único - Toda e qualquer despesa realizada pelo Estado com pesquisa de opinião deverá obedecer aos preços praticados pelo mercado, só podendo ser pagas faturas acompanhadas de documentos comprobatórios de que custos idênticos estão sendo cobrados de no mínimo três empresas de comunicação social.

Art.2.º - Sendo paga por dinheiros públicos, toda e qualquer pesquisa de opinião contratada pelo Estado, suas fundações ou empresas das quais participe, deverá ser integralmente publicada em Diário Oficial até 5 (cinco) dias após seu recebimento.

Art.3.º - A comprovação de violação aos dispositivos desta lei implica no enquadramento dos responsáveis em crime de responsabilidade ou de má gestão financeira, por caracterizar o uso de dinheiros públicos em proveito de pessoas ou de organizações partidárias.

Art.4.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20/05/85.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

## JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei apenas consolida o evidente. Que é criminoso utilizar verbas públicas para obter informações de interesse pessoal ou político-partidário.

Não tem sido prática nova introduzir perguntas dessa natureza em pesquisas gerais de avaliação administrativa, o que passa despercebido porque inexistente a obrigatoriedade de dar publicidade aos resultados dessas pesquisas.

Desta forma, as pesquisas de opinião, além de dano ao Erário, tem sido instrumento de promoção pessoal e política de evidente ilegalidade mas difícil comprovação.

Subterfúgio que vem sendo utilizado é o de encomendar pesquisas administrativas e, paralelamente, outras de caráter político informal, sujeitando-se as entidades pesquisadoras a cobrar o preço de ambas quando uma delas ficará secreta.

Pretende o Artigo 3.º da lei evitar o subterfúgio, ou fazer que essas empresas realizem as tais pesquisas secretas sem sobre-preço para o Erário.

Finalmente, a publicidade obrigatória é exigida, visto que quem paga a conta, o povo, deve conhecer o conteúdo integral das pesquisas, cujos resultados tem sido manipulados pelas assessorias de comunicação social do Governo.

O enquadramento aos responsáveis pela violação da moralidade pública já existe na legislação em vigor. Mas deve ser enfatizado como reafirmação de preocupação dos legisladores pela defesa dos dinheiros públicos.

PROJETO DE LEI N.º 82/85  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Amparo à Maternidade e à Infância "Amélia Boudet", com sede e foro na cidade de Curitiba - Estado do Paraná - na Rua Bocaiuva, 74 - Vila Iná.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20/05/85.

(a) EDGARD PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Amparo à Maternidade e à Infância "Amélia Boudet" é uma entidade sem fins lucrativos e de caráter assistencial.

Foi fundada em 11 de agosto de 1953 e tem como finalidade principal o amparo à maternidade e à infância em condições de comprovada pobreza, mantendo para tal fim os serviços indispensáveis, a fim de alcançar seus objetivos.

A finalidade da Entidade é, paralelamente, a de fornecer enxovais e alimentação aos recém-nascidos; ministrar instrução pré-natal e respetivos exames às parturientes; assistência às parturientes nas maternidades locais.

Encontra-se em pleno funcionamento, atendendo às determinações para as quais foi criada e seu desempenho junto à comunidade curitibana tem sido de maior relevância.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna nesta tarde para registrar, com satisfação, a indicação e nomeação pelo Excelentíssimo Sr. Presidente da República dos Presidentes dos Institutos do Ministério da Previdência Social: Dr. Aézio Cordeiro, à frente do Instituto Nacional de Assistência Médica de Previdência Social; Dr. Paulo Maccarini, à frente do IAPAS e o ex-Deputado, cassado, à frente do INPS, Dr. Artur Virgílio, também cassado.

Temos a certeza que com estas indicações, estas confirmações que há semanas já se aguardavam, a Previdência Social Brasileira haverá de encontrar novos tempos consoantes com a realidade e a crise econômico-social, da qual a Previdência

Social é uma das integrantes. Particularmente, o Dr. Aézio Cordeiro, à frente do INAMPS, nos garante que a política de reorientação da Assistência Médica da Previdência Social prevista no programa, na plataforma política do então candidato a Presidente Tancredo Neves, será levada à prática. Compreende em síntese a integração dos serviços da Saúde Pública e da Assistência Médica Previdenciária. Elimina, por fim, a dicotomia que se arrasta há tantos anos e que vem acarretando, por falta de uma estrutura médica assistencial mais apropriada à nossa realidade, enormes despesas; além do que os focos, os surtos rotineiros de fraudes, de corrupção, tanto na área da Previdência, como na área de Assistência Médica, como recentemente se detectou no eixo Rio-São Paulo principalmente.

Nosso registro se prende ao fato de que a Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa, particularmente nós, Deputados do PMDB, nos manifestamos em reiteradas ocasiões favoráveis à esta mudança que agora, por fim, com a posse que amanhã se dá, destes três novos Presidentes do IAPAS, INPS e INAMPS, com a perspectiva de se levar adiante as propostas de mudanças que há anos eram discutidas, teorizadas e que agora temos a oportunidade de colocá-las em prática. Como, aliás, se vem colocando já no campo da saúde, nos Estados em que a Oposição de 1982 foi vencedora.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, além deste registro gostaríamos de comunicar aos Deputados desta Assembléia que estamos hoje submetendo à apreciação do Plenário, uma mensagem de solidariedade ao teólogo Boff. Tem a seguinte justificativa:

"Foi punido dias atrás, pelo Vaticano, com a pena de um ano de silêncio total, o teólogo brasileiro Leonardo Boff, um dos mais notáveis expoentes da tese de que a Igreja não pode subsistir sem a preocupação social. A medida representa um duro golpe desferido contra a Igreja brasileira e mesmo Sul-americana.

Representa, por outro lado, uma cabal demonstração de indiferença pela cúpula de Roma, em relação à realidade social, em nosso explorado Continente.

Depois de alguns séculos de alienação, e mesmo em transigentes defesas dos poderosos, é nos dias de hoje que a Igreja Católica vem reencontrando seus próprios princípios colocando-se com decisão ao lado dos desprotegidos e denunciando as distorções estruturais que levam a infâmia, gritante e cruel situação de injustiça social em que vivemos.

A libertação das vítimas deste "status quo" é a grande palavra de ordem da pregação de Boff. E de um número imenso e crescente de religiosos. Calar, não calará a todos. E pior, não diminuirá o sofrimento dos milhões de oprimidos.

A censura não aniquila a liberdade. A violência não esconde a verdade. O silêncio não elimina a mensagem. Varrer a poeira para debaixo do tapete, não limpa a sala".

Esta é a justificativa do requerimento que hoje submetemos à apreciação desta Assembléia, dirigido a D. Carlos Furno, Nuncio Apostólico no Brasil, com cópia a D. Avelar Brandão Vilela, Cardeal Primaz do Brasil.

Era só, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Antonio Belinati, inscrito.

O SR. ANTONIO BELINATI - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Há uma insatisfação generalizada na classe do funcionalismo público estadual do Paraná que em 1982 depositou maciçamente sua confiança no então Senador e postulante ao cargo de Governador, o Senhor José Richa.

Sua Excelência, talvez na história do Paraná tenha sido o que mais apoio teve do funcionalismo público do Paraná.

Richa, muitas vezes, como Senador, como político compareceu aos movimentos grevistas prometendo que estas injustiças em seu Governo seriam corrigidas.

No dia 15 de maio do ano que vem, menos de um ano, Richa deixará o Palácio Iguaçu, candidatando-se à Assembleia Nacional Constituinte. Está muito mais próximo do término do seu mandato e até agora estas injustiças que ele prometeu corrigir ficaram apenas na promessa. E o que é pior, recebendo, inclusive, ameaça até no Diário Oficial, do Conselho de Pessoal homologado pelo Governador ameaçando até de demissão e advertindo que só vai conceder aqueles benefícios preestabelecidos e que dali para a frente, dando a entender claramente, que quem tentar qualquer greve será demitido. Dando como tarefa, como dever a qualquer Secretário o ato de demissão do servidor grevista.

Há uma insatisfação das serventes, dos professores, das professoras, dos escrivães, dos agentes de polícia, dos delegados de um modo geral, nunca vi em minha vida uma insatisfação tão grande em relação ao tratamento que vem sendo dispensado pelo Governador do Paraná como agora.

E o que é pior, como a imprensa noticiou e vai aqui o nosso repúdio ao Secretário da Administração acusado de corrupção em Ponta Grossa do uso de máquinas da Prefeitura de Ponta Grossa em sua fazenda particular ao invés de haver um pronunciamento, uma manifestação do Governador do Estado em relação a esta grave acusação contra o Secretário de Administração.

O Sr. Secretário tão à vontade resolveu instituir um regime próprio de ditadura, de arbítrio mandando revistar as bolsas e sacolas dos funcionários de sua Secretaria numa verdadeira vergonha para o nosso Paraná.

Se há algum funcionário suspeito, ele deve ser investigado, mas nunca se submeter a este vexame, a esta humilhação de ser revistado numa Secretaria, cujo titular, cujo Secretário a imprensa bem denunciou, está sob acusação de corrupção no Município de Ponta Grossa.

E, hoje, esta Casa de Leis recebe os Delegados de Polícia do Paraná, que vêm reivindicar a justiça prometida por José Richa, porque há uma discriminação com estes delegados que chegam a enfrentar a vida no combate ao crime, na preservação da segurança ao nosso povo. Eles tinham uma representação de 60 por cento e os Juizes e Promotores tinham 60 por cento. Se os Juizes e Promotores estão ganhando 170 por cento de representação, seria justo também este benefício para os delegados.

Então, o nosso apoio, o apelo a esta Casa que aprove essa emenda e que o Governador José Richa não vete esta emenda, para melhorar o nível de vida dessa gente que procede a segurança do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Nilso Squarezi) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pena que todos não estivessem presentes na última sexta-feira, na assembleia promovida pela Federação dos Servidores Públicos do Paraná, no auditório da Igreja de Nossa Senhora de Guadalupe.

Fosse qualquer Deputado do PDS ou de qualquer partido de oposição ao Governo do Estado, que desta tribuna, seria

colocada sob suspeita, por todos os governistas deste Poder e aqueles que se encastelaram no Palácio do Governo.

Pois, na última sexta-feira, delegações de servidores públicos do Paraná, de todo o Estado, de Curitiba inclusive, desfilaram pelo microfone daquele auditório e chegaram a dedicar uma musiquinha ao Governador José Richa e uma das estrofes dizia o seguinte:

Richa prometeu

Richa se elegeu

Richa nos esqueceu.

Porque o democrata dos palanques eleitorais de ontem, é o déspota de hoje, que está intimidando os servidores públicos do Paraná e que os ameaça com demissão sumária, se houver movimento reivindicatório neste Estado.

Querem os servidores públicos paranaenses um atendimento mais compatível com as suas necessidades, eles estão lembrados, porque no seu subconsciente está gravada a afirmação indesmentível do então candidato José Richa de que os funcionários públicos paranaenses recebiam salário de fome, não recebiam o tratamento adequado do Governo do Estado, pois hoje aí está o Senhor José Richa, com todas as oportunidades para restituir aos servidores públicos do Paraná, aquilo que lhes é de direito, no entanto, nos últimos vinte anos da administração pública paranaense, foi José Richa o Governador que mais defasou os salários dos nossos servidores, porque no primeiro aumento do seu Governo, ele majorou os vencimentos desses servidores em vinte por cento a menos do que o índice inflacionário.

Tão logo percebemos as manobras governistas, o engodo do Governador José Richa e dos seus seguidores, sentamos para apreciação desta Casa, um projeto de lei instituindo a semestralidade, com base no índice inflacionário e a Bancada do PMDB com assento neste Poder, rejeitou a nossa proposta.

Não bastasse isso ainda, o Governador mostrando agora a sua face verdadeira, instituiu o Conselho Deliberativo de Pessoal, sem a presença e sem a participação dos servidores públicos do Paraná. O que é a democracia participativa, é a democracia só dos que estão no Poder ou a democracia participativa deveria ser a democracia para todos e com os funcionários públicos sentados à mesa de discussão, com os órgãos do Governo do Estado.

Ainda, há pouco, denunciava da tribuna o Deputado Antonio Belinati, o vexame a que se expõem aqueles que freqüentam uma Secretaria de Estado, que têm os seus pertences revistados por guardas de segurança, como se a presunção fosse, meus senhores, de que todos que adentram ao Palácio Iguaçu, roubassem, como certamente muitos estão roubando, roubando a confiança, roubando a credibilidade, punindo o erário público do nosso Estado.

Por estas razões todas, venho à tribuna, neste momento, participar com a minha solidariedade do movimento dos servidores públicos do Paraná, pedindo ao Governador:

“Não \_\_ engane mais o povo. Seja honesto, seja sincero e não minta aos paranaenses”.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Squarezi) — Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. TADEU FRANÇA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em verdade, todos nós sempre nos colocaremos em função, não apenas de reconhecimento, mas de postura, de apoio, às reivindicações dos trabalhadores, mesmo

porque, num País desgovernado durante vinte e um anos, transformado em palco de rapina, por uma casta que pactuou com todas as trapaças articuladas pelo capital internacional, de fato também o Paraná continua pagando o ônus do militarismo autoritário, ainda há pouco, vociferando aos quatro cantos deste País, desde Brasília.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos que falar objetivamente, enquanto compreendemos justo o movimento dos funcionários, nós temos que lembrar que o Governo Richa, cuja folha de pagamento herdada do Governo do PDS, no valor de 13 bilhões de cruzeiros, hoje, destina 135 bilhões de cruzeiros aos servidores públicos do Estado do Paraná.

Vale lembrar que no próximo aumento, esta mesma folha haverá de alcançar a cifra de 250 bilhões de cruzeiros.

É por esta razão que índices muito superiores até mesmo ao INPS, concessões como reajuste semestral, o 13.º salário, garantia de organização, diálogo, vale lembrar que, como servidor público, como professor do Estado, no passado, nós sequer éramos recebidos pelo Governador do Estado. E em que pesem as vozes que hoje se levantam, nós simplesmente não compreendemos onde é que estava ontem, quando jamais exigiram coerência de um Governo que sempre se recusou à concessão dos justos reclamos trabalhistas dos servidores do Paraná.

Reajuste semestral e 13.º salário foram bandeiras que sempre permaneceram sem ser ouvidas, durante todo o tempo em que aqueles que hoje condenam Richa, estiveram encastelados e emudecidos no Palácio Iguaçu.

É por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós não podemos jamais assistir a lances demagógicos, a manifestações oportunistas que se recusam a enxergar que jamais, na história do Paraná, houve um tratamento que prodigalizasse condições adequadas aos funcionários públicos do Estado, como neste curto prazo do Governo Richa. É por esta razão que nós queremos, sim, que a transparência democrática, continue sendo a tônica de Governo e povo do Paraná. Entretanto, não podemos aceitar insultos que por si mesmo se condenam, porque despojados de todo e do mais elementar do concreto que no passado viesse a emprestar apoio aos servidores públicos do Estado, que ainda ontem não eram recebidos por ameaças, eram recebidos por achincalhes, por cacetetes, por cães amestrados, por aparatos de milhares de policiais, para que jamais o servidor fosse falar, sequer, com o Governador do Estado.

É por esta razão, Srs. Deputados, que deixamos, para uma próxima oportunidade, a leitura de uma carta aberta dos estudantes das faculdades gerais, do Sul, que repudiava uma campanha difamatória que está sendo ramada contra aquela instituição.

Por hoje, apenas fica o nosso protesto contra atitudes evianias e insensatas de quem jamais insinera, de quem jamais hipotecou solidariedade aos milhares de grevistas que com justiça reclamavam estabilidade, que com justiça clamavam atendimento trabalhista, e que hoje, apenas evantam a voz, sem suporte, contra um Governo cuja característica de atendimento aos funcionários é um fato conhecido por todo Brasil.

Obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Mário Pereira.

Curitiba, segunda, em 20.05.85

O SR. MÁRIO PEREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Décimo terceiro salário, semestralidade, disse bem o Deputado Tadeu França, durante muitos anos, uma bandeira do funcionalismo público, defendido pela Oposição. Durante tantos anos, negado pelos governos anteriores e pela bancada que dava suporte àquele Governo.

O Governador José Richa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando assumiu, depois de tantos governos nomeados, que transformaram a função pública como cabide de emprego, que a cada Governo que entrava comprometido com os apoios do Governo anterior, a ninguém demitia e passava novas admissões a fazer, transformou o Estado do Paraná, com sua grande máquina administrativa, quase que sem condições, sem recursos para investimentos em áreas necessárias e prioritárias que atendam aos interesses da população paranaense.

Cento e cinquenta e três mil funcionários públicos tem o Paraná, gastou em 1984, setenta por cento de sua arrecadação com a folha de pagamento, e mais quinze por cento com o custeio desta máquina administrativa. E assim é que o plano de rodovias, o PRAN, a eletrificação rural, para serem executadas, teve o Governo que lançar mão de recursos sob forma de empréstimo, tanto a organismos nacionais, como a organismos internacionais.

Cento e cinquenta e três mil funcionários públicos, sete mil a menos do que no Governo anterior.

Ao assumir, apresentava-se ao Governador o dilema, numa época de crise, de desemprego, ou no nosso regime, um regime capitalista por opção nossa, ou o Estado diminuía a sua máquina administrativa, transformando-a em uma máquina mais ágil que mais rapidamente respondesse aos estímulos externos, às novas orientações, e com isso gerava desemprego, ou mantinha essa grande estrutura funcional, procurando mesmo assim, dar-lhe dignidade através do salário.

O Governador José Richa optou pela segunda hipótese, deu a semestralidade, o 13.º salário. Mas, não tem sido possível, sem reforma tributária, sem o aumento da arrecadação do Estado, aumentar além das possibilidades, não é possível que o Paraná chegue a fazer operações 63, como o Rio Grande do Sul, hoje, faz, para pagamento da folha; isso é pessoal. Até hoje, o Paraná continua pagando em dia, e achamos justo, nós da Bancada do PMDB, a reivindicação salarial do funcionalismo público, mas, achamos urgente, que se redimensione, e que se redirecione a função do Estado, a máquina estatal, porque há muita empresa neste Estado, desnecessária, há muitos órgãos desnecessários, e que acabam pelo inchamento dessa mesma máquina, não sendo possível dar a dignidade, através do salário que merece aos funcionários públicos, que atendem as necessidades do Paraná.

Criaram-se CDP para assegurar contratações desnecessárias. Não pode ser o Governador que o criou, ser chamado por causa disto, de déspota. Ter consciência da necessidade, de uma política de pessoal, mais justa, uma política de pessoal mais realista não pode levar o Governador a ser chamado de déspota.

É necessário que esta Assembléia passe a se preocupar, ambas as bancadas, ou as três bancadas aqui existentes, com a função do Estado, com a razão dos 153 mil funcionários, dentro do nosso regime capitalista.

Ou nós assumimos todas as funções da sociedade, ou nós socializamos os meios de produção, e aí passamos a garantir o emprego, ou dentro do regime que escolhemos como nossa função, temos que ser realistas, para poder bem pagar o funcionalismo, que atende a população do Paraná.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que me traz à tribuna, Sr. Presidente, é a necessidade de ser resposta a verdade neste plenário. Por dois anos, na condição de Líder do Governo José Richa, e em incansáveis momentos com o funcionalismo e todas as suas categorias, trocamos democraticamente discussões no sentido de que, o funcionalismo público do Estado do Paraná passasse a ter a consideração que merecia.

E hoje, está assentado no Paraná, e ninguém pode contestar isso: que nos últimos Governos do Estado do Paraná, o Governo José Richa foi o que mais de perto atendeu os clamores e as angústias legítimas do nosso funcionalismo. É verdade que o funcionalismo votou maciçamente em 1982. Não porque nós tivéssemos, talvez, ou representássemos uma saída. Mas, porque o Governo anterior, e os Governos anteriores representavam o caos, a injustiça, e os olhos vedados àqueles que construíram este Estado. Não, talvez, porque esperassem que José Richa lhes resolvesse a situação, mas, mais porque estavam mais do que certos, que a continuar os homens que mandaram por vinte anos no Paraná, a sua situação seria de miserabilidade.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando alguém, aqui no plenário, esquecido dos graves debates que travamos aqui, quando se discutiu o Estatuto do Magistério, em que a voz do professor, em que o clamor do professor, não foi atendido. Quando o funcionalismo vinha à Assembléia e não era atendido; quando o manifesto de professores e funcionários públicos iam ao Palácio Iguaçu, e eram enxotados com cães e cacetetes, e quando agora, o funcionalismo, depois de vinte anos, tem na sua Federação, um congresso livre, soberano e legítimo, eleita pela própria classe do funcionalismo público, para, na mesa das negociações ter discutido, nos últimos dois anos, os índices possíveis de aumento para o funcionalismo público; quando ouvimos aqui, a leviandade do nobre Deputado, e não lhe é peculiar, nobre Deputado Airton Cordeiro, em vir afirmar de que o nosso Governador é mentiroso, Senhores, é necessário que a verdade seja resposta, eis que essa ofensa não pode ficar sem uma resposta necessária.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela ordem) — Sr.

Presidente, apenas para esclarecer o Deputado Nilso Sguarezi, que, eu reproduzi afirmações de funcionários públicos, na Assembléia, de sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Não há Questão de Ordem a ser decidida.

Continua com a palavra, o Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o mandato parlamentar impõe interpretar a regra de

conduta do Sr. Parlamentar. Foi infeliz o nobre Deputado Airton Cordeiro, que representa exatamente aquela facção que esteve tanto tempo no poder e que agora, com uma leviandade dessas vem, neste plenário que é palco histórico de todas as tentativas que o funcionalismo público fez, para ter os seus direitos assegurados, vir, hoje, dizer que o Governador José Richa é mentiroso! Esquece Sua Excelência que em março de 1983, quando José Richa assumiu o Governo, a folha de pagamento não passava de 12 milhões de cruzeiros, e de que atualmente já supera a casa dos 130 bilhões de cruzeiros? Esquece Sua Excelência que os nobres Delegados de Polícia que na verdade arriscam suas vidas, depois de muitos anos, pela primeira vez tiveram a contemplação de um Governo e puderam ter uma remuneração justa? Esquece Sua Excelência, principalmente uma coisa, que, cumprindo a palavra da semestralidade e a semestralidade só será dada em julho, quando será o prazo oportuno para José Richa tratar, no todo, o funcionalismo público? Por isso, Sr. Presidente, terminando, mentiroso é aquele que não tem os fatos atrás de si, e José Richa tem os fatos e a verdade atrás de si para derrubar agremiações levianas como estas que não se sustentam por si mesmas.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Encerrado o

Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, no Grande Expediente, Sr. Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Filho e criador do PMDB sou, por isso, afôro-me ao direito de tecer loas ou criticar ao encontro do meu posicionamento político. Não poderia silenciar-me quanto à atitude arbitrária, deselegante, incompreensível e desumana do Secretário da Cultura, ao exonerar a Doutora Yara Sarmento, da Diretoria Artística do Teatro Guaíra, Senhora esta, de formação artística das mais irrepreensíveis, mais de 20 anos dedicados à cultura, ao teatro e às artes em geral. Mas, o Sr. Secretário da Cultura, avesso às opiniões dos que pensam e dos que têm cérebro, avesso à cultura por ser um aculturado, exonera uma das mais competentes, dignas representantes da arte e do teatro no Paraná. Registro a minha solidariedade a Iara Sarmento, ao Gemba, Diretor Superintendente do Guaíra, que também foi desrespeitado. Tratado como se não tivesse a postura, também, de mais de 20 anos dedicados à cultura, ao teatro e às artes do Paraná.

Não poderia também silenciar-me contra a ameaça oficial publicada no Diário Oficial, de exoneração de funcionários públicos que porventura se rebelassem em greve, na reivindicação justa das suas melhorias de condições sociais mais dignas e mais necessárias.

É norma internacional de que o diálogo deve ser a etapa primeira entre patrão e empregado. Somente após se esgotarem todas as possibilidades de negociação, as partes aí, empregado e empregador, tomam as posições que acharem mais próprias para as suas partes. Essa ameaça e esta coação do Governador José Richa aos funcionários públicos do Paraná, recebem deste modesto Deputado, o seu mais veemente e vigoroso repúdio.

Como também não poderia deixar de contestar e condenar a transmutação do princípio universalmente aceito, de que todo cidadão é honesto até prova em contrário. As revistas às pessoas que freqüentam ou vão às Secretarias de Estado é uma inversão deste princípio mundialmente consagrado - de que todos nós somos honestos até prova em contrário.

A inversão feita pelo Governo através do seu Secretário de Administração é de que todos somos desonestos, até provarmos que somos honestos.

Registro, nesta semana passada, de infelicidade total para o meu Governador e para o meu partido, estas posições terrivelmente inaceitáveis, porque não se confrontam com as posições democráticas e de justiça social que nós pregamos nos palanques na pressuposição de que a nossa pregação estava impregnada nas nossas consciências e na nossa formação.

Todavia, como emedebista e ao ler na imprensa a posse do General incendiário, do general que queimou Dostoiévsky aqui no Centro Cívico, do General murista, porque sempre ficou em cima do muro para escolher a sua melhor posição pessoal, não a posição melhor para o povo que ele representava. Ao ver na imprensa a posse desse General que ao PMDB e ao povo do Paraná relegou e jogou na cesta mais imunda do lixo do passado, eu lembro-me do apólogo de Machado de Assis...

O SR. GABRIEL MANOEL - Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Tem a palavra, pela ordem, o Senhor Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Pediria a Vossa Excelência que mandasse expungir das notas taquigráficas as palavras indecorosas do ilustre Deputado que está na Tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A Mesa quando for ocasião determinará.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Lembro-me do apólogo famoso de Machado de Assis, da agulha e da linha. O MDB, posteriormente o PMDB, na realidade, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não somente estes partidos, principalmente a luta pela restauração pelo estado de direito, a luta de tantos que foram assassinados, de muitos que foram torturados, de tantos que foram expatriados sob o beneplácito, o apoio e o silêncio do General Ney Aminthas de Barros Braga, nós todos nos sentimos servindo de agulha para muita linha vagabunda.

Mas, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o que nos traz na realidade hoje, a esta tribuna, é para apresentarmos um Projeto de Resolução, que visa criar na Assembleia Legislativa um espaço para a cultura e para a arte. E nós justificamos a nossa proposição da seguinte forma. (Lê):

"A luta política pela independência é sem dúvida uma luta que se fundamenta na identidade cultural do povo.

É tarefa de resgate da memória, de reflexão crítica que busca em momentos históricos de igual crise, o modelo interpretativo da realidade. Realidade esta que se apoia

sobre o movimento reivindicatório e se alimenta na crença dos próprios anseios de liberdade, fortalecendo-se para a exigência de justiça social.

O artista é o agente de mudança permanente a exigir a adequação. Por saber que a arte é engajada por natureza, os regimes totalitários não medem atos em censurá-la, dirigí-la e excluir o artista de qualquer participação.

Por saber que o signo/arte é mais forte que os fuzis e as torturas, usaram sempre do artifício de alijar o artista da sociedade, elegendo uns poucos, cujas metáforas são de difícil leitura, colocando-os em guetos divinizados, produzindo a falsa idéia de que estão acima de toda gente.

Fizeram correr a falsa idéia de arte/lazer e tentaram apagar a idéia de arte/trabalho. Tentaram substituir a idéia de arte/necessidade por arte/supérfluo - de arte/engajamento - por arte/divertimento, de obra presença viva, que equaciona tempo e espaço vividos, por arte/decoração.

Separaram popular, erudito e cultural, em categorias estanques para defender a idéia de divisão intransponível entre as diversas culturas, na tentativa de inferiorizar o povo, divinizar o poder, distanciando um do outro.

Da mesma forma tem sido prática habitual, separar Natureza e Cultura, embora razão e emoção comprovem o contrário.

Natureza e Cultura não se separam jamais; poder e povo jamais poderão ser separados. Para compreender os fenômenos culturais, há que se entender e sentir o território onde se desenvolvem, e as múltiplas relações sociais, que se estruturam a partir da luta pela sobrevivência, na organização dos grupos humanos.

Ainda que em nossa sociedade, capitalista e escravocrata, a força de trabalho tenha sido transformada em mercadoria, em função da propriedade dos meios de produção e, ainda que, também esta realidade seja mistificada, devemos assumir a tarefa de tirar o véu dessa sociedade, encontrando e denunciando as contradições. Ora se todo o signo é ideológico, já que é a linguagem que dá corpo à ideologia, não podemos prescindir da colaboração do artista ou daqueles estudiosos do signo e da cultura.

Não podemos esquecer que a nossa consciência de linguagem foi dilacerada na sua linearidade, desde o século XIX.

O livro é uma linguagem escrita, modificada pelo jornal. As artes plásticas foram modificadas pela máquina fotográfica, na mesma razão em que o complexo do sistema de informações foi modificado pelo advento do computador.

Não conseguimos acompanhar a explosão de linguagens que se iniciou no fim do século passado e que deu o golpe que perturbou a hegemonia da cultura letrada.

Distanciam-nos dos meios de produção de linguagem da nossa época e no entanto enfrentamos diariamente uma pluralidade de signos para os quais nos anestesiaram desde os bancos escolares, pois a escola é anti-semiótica por natureza. É o último reduto da cultura letrada, é grande com a realidade uma distância que cresce na medida em que cresce nossa dependência cultural e econômica.

A educação no Brasil tem sido símbolo de classe desde a época jesuíta e as várias reformas havidas não chegaram a mudar a posição em que se encontrava o ensino e se encontra até hoje.



Vivemos sempre esta defasagem que vai se tornando um grave obstáculo ao efetivo desenvolvimento social. Encilhados aos valores preconizados pelos dominantes, interna e externamente, promovemos um lento suicídio cultural e afogamos em ressentimento, miséria e complexo de inferioridade, as nossas possibilidades de alcançar a plena soberania — o direito que tem a nossa gente de ser o que é, de viver sua própria cultura com dignidade.

Os programas escolares, ainda lineares, não observam as diferenças fundamentais entre a maneira de ser de um ilhéu, ou de um camponês, propiciando uma formação muito conveniente aos interesses da classe dominante — anulando valores, ignorando a sensibilidade destes grupos diferenciados e deixando um vazio insubstituível.

As instituições não guardam entre si a necessária integração. Por obediência ao preceito constitucional, utilizam-se do mero formalismo virtual e burocrático das Secretarias e Departamentos e desempenham tarefas que deveriam envidar os valores preconizados e no entanto, conseguem manter com estes valores a insensibilidade e a frieza dos compartimentos estanques.

Como são dispersos e eventuais os eventos oficiais!

As instituições e departamentos de cultura insistem no ultrapassado. Vacilam diante da originalidade, se acovardam com o simples e desconfiam do popular.

O sistema trabalha para as definições, de forma arbitrária. É preciso provar a utilidade, assim como se prevê lucros.

Ora, como provar a utilidade da arte? Seria como provar a utilidade da flor ou do orgasmo.

É o inútil indispensável.

É a legitimidade sem lei.

É irreverência coerente com a vida.

A arte é marca do humano desde os primórdios e nasceu com a magia, com o cultivo da terra, com o pensamento abstrato, com a idéia do tempo e da morte, com a esperança do homem construir o seu próprio destino. A arte nasceu com a recusa do homem ser mera eventualidade.

É a inelutável tarefa de interpretar e reconstruir o mundo, criando imagens carregadas de significação; plásticas, musicais, verbais, cinestésicas ou fotográficas, onde coexistem denúncia, perplexidade, esperança, ironia, sarcasmo e premonição.

Às vezes, a charge diz mais que o discurso de um Parlamentar.

Quantas vezes assistimos a força de uma música unindo uma multidão ou um filme revelando a toda uma geração um fato histórico cuidadosamente mistificado por ser inconveniente ao sistema.

Através dos ciclos históricos esse trabalhador, o artista, teve breves tempos de valorização em sua própria época.

As grandes obras do Egito Antigo foram realizadas por artistas escravos que trabalhavam sob forte compulsão, uma teocracia que distinguia apenas o arquiteto, relacionando-o a um dos deuses.

Embora na antiguidade se tenha notícia de um governante, o Príncipe Gúdea, sumeriano que era patrono dos artistas e com eles fez seu governo, criando as primeiras escolas públicas. Na Babilônia eles se associaram aos sapateiros e ferreiros em busca de organização e nunca tiveram seus nomes relacionados às grandes obras de seu povo.

A Grécia Antiga distinguia o poeta que era considerado hóspede e amigo do seu patrono, enquanto o artista plástico era discriminado pejorativamente por trabalhar com as

mãos — era um meteco.

Heródoto afirmava: “O mundo antigo venera a criação mas despreza o criador”.

Da parte popular e desinteressada das catacumbas romanas às escolas-oficinas dos mestres religiosos e laicos, junto aos mosteiros, evolui lentamente a organização dos artistas.

Nos séculos XII e XIII, formaram-se as lodge, organização cooperativa de artistas e artesãos — que se caracterizavam por serem grupos profissionais autônomos, afrouxando a censura exercida pelo clero.

O teatro havia se tornado tão popular como na Grécia, porém contrário aos seus desígnios democráticos. A interpretação dos Mistérios, no Teatro de Deus, era a escola pública que a igreja proporcionava e também uma forma de manter os servos resignados, já que os martírios dos santos e do próprio Cristo não se comparavam ao sofrimento dos mortais.

O operário artista, de vida errante, estava pronto à aceitação de novas idéias, já desligado do clero, mas passando a servir a uma nova clientela — a burguesia em ascensão.

Ciência e Arte uniram-se para fazer a Renascença e o homem voltou a ser centro do mundo, no grito humanista de Gionvanni Picco Della Mirandola.

Se a Grécia deificou o homem, a Itália humanizou os deuses e esta terefa coube aos artistas e se reflete bem na rebeidia de Michelangelo ao criar o teto da Capela Sistina, ao desafiar os dogmas estudando a anatomia humana e Leonardo da Vinci vislumbrando as possibilidades de navegação aérea e submarina.

Naquela época, já se haviam formado as guildas, associações que eram no início autêntica democracia, onde os mestres de ofício, eram livres nas suas oficinas de artistas, organizados como qualquer outro comerciante, porém, sem a pressão do consumidor.

Não demorou para que houvesse a convocação dos artistas, desta vez como profissionais, para trabalharem junto aos poderes temporal e secular.

No período barroco, os artistas da Contra-Reforma e das monarquias absolutistas, atingiram um status nunca antes imaginado.

Nos nossos tempos, com o enfraquecimento da Igreja Católica pela disseminação dos sincretismos religiosos e seus cultos, o Papa Paulo VI convoca os artistas a se engajarem no fortalecimento da fé cristã, na famosa Missa dos Artistas.

Alguns países na Europa já têm nos primeiros escalões do governo seus mais destacados artistas.

Essa luta plena de brasilidade e de força renovadora, eclodiu com a Semana de Arte Moderna de 1922 e foi, sem dúvida, uma alavanca poderosa que projetou o Brasil para os brasileiros e para o mundo, unindo os artistas de todos os pontos do País e desenvolvendo-se como uma enorme espiral de acontecimentos não só na arte mas, que, através, ela atingiu todos os âmbitos.

Estendeu-se à valorização do regional sob todos os seus aspectos, à história brasileira, à nossa paisagem e aos ingredientes típicos da nossa civilização, numa exaltação de tudo que formava a realidade brasileira, tida na época como pejorativa.

Ao modernismo deve-se a renovação da educação à luz da pedagogia moderna, contida no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932. A ele deve-se ainda a vasta área de conhecimentos — os “estudos brasileiros” — que constitui uma especialidade envolvendo as ciências sociais, políticas, naturais com uma significativa

bibliografia especializada.

Em decorrência dos movimentos nacionalistas e do modernismo cria-se a Escola de Sociologia e Política, em 1934, uma escola de gente grande animada em discutir nossos temas com realismo.

Na mesma época Roger Bastide propugnava por uma mudança de visão dos nossos antropólogos imbuídos que estavam das idéias dos colonizadores, relegando as culturas de origem, desconsiderando os legados afro-americanos.

Não foi fácil romper a trama da tradição conservadora que se opunha ao progresso e a renovação constante nas artes, na ciência e na cultura.

Houve diversas tentativas de independência cultural do Brasil, antes e após a independência política de 1822.

Mas, foi no centenário desta independência que se registrou uma maior ebulição e efervescência nos movimentos artísticos de cunho nacionalista.

Foi Mário de Andrade quem realizou a identificação da ficção com todas as matrizes culturais brasileiras. Em Macunaíma atingiu a apreensão do caráter nacional, levando seu personagem à projeção heróica.

Mas foi Anita Malfatti quem scandalizou, ainda em 1916, com sua mostra plena de cores e emoção atirando luzes cruciantes a ferir a confortável cegueira dos conservadores.

No Paraná, pode-se dizer que a semente do modernismo seria timidamente lançada nos anos 20 pelo "parnasianismo" começando a germinar na década de 30 graças a Guido Viaro e Theodoro de Bona, conforme registra a ilustre historiadora da arte Adalice Araújo.

Reivindicamos também para o Paraná o pioneirismo das Escolinhas de Arte, através de Guido Viaro, que foi responsável pela formação de um grupo de artistas dos mais expressivos que fez o Movimento de Integração da Arte Paranaense.

Do processo cultural que se desencadeia a partir da introdução do modernismo no Paraná nos referimos à participação dos artistas no Governo de Bento Munhoz da Rocha Neto na comemoração do Centenário da nossa emancipação política, por ser diretamente ligado com o Projeto que defendemos.

O Centro Cívico, na concepção humanista do Governo, deveria abrigar além da sede dos três Poderes, que constituem o Estado de Direito, o ambiente propício às manifestações populares e ao afluxo possível do maior número de cidadãos participantes da obra permanente de construção da democracia em nosso Estado.

O plano diretor do Centro Cívico com sua grande avenida de acesso, as construções despojadas e generosas e seus amplos espaços verdes, lembra o urbanismo das cidades - berço da democracia.

Embora esteja, hoje, sendo saturado por um excesso de edificações que comprometem seus ritmos e sua concepção original, não deixa de inspirar as idéias democráticas que o determinaram.

O Governo Bento Munhoz da Rocha Neto prestigiou a cultura acolhendo os artistas e assegurando-lhes o lugar da ação e o espaço para a obra de arte.

Desde a Praça XIX de Dezembro onde nasce a Avenida Cândido de Abreu e que descortina ao fundo do Palácio Iguaçu, o gênio do artista paranaense marca presença, seja nos gigantes monolíticos de Erbo Stenzel ou no mural de Potyguara Lazarotto.

A iluminação feita com os postes da cidade antiga, a escultura de Turim diante da Prefeitura Municipal.

Não faltou nem mesmo o registro do paranismo, movimento criado em 1924 por João Guelfi, Lange de Morretes e João Turim.

Nas calçadas desta Assembléia Legislativa em Petit pavê estão as pinhas de Lange de Morretes.

Cada um dos edifícios em sua simplicidade funcional abriga obras de grande valor artístico-cultural, hoje ofuscadas ou encobertas pela incúria e a falta de sensibilidade dos que mandaram construir tapumes, transformando alguns desses em verdadeiros cortiços.

Um exemplo disto é o mural que se esconde por trás do serviço de xerox, no Edifício Bento Munhoz da Rocha.

Pensamos também que o belíssimo painel em madeira que tem a assinatura de Poty, poderia ter melhor destino em termos de apreciação por um maior número de pessoas, ao invés de ser pano de fundo, nos acontecimentos que ocupam o Plenarinho.

Na época da construção do Centro Cívico, propiciava aos estudantes os Concertos para a Juventude.

Os festivais de Música de Curitiba revelavam nossos músicos contemporâneos ao lado daqueles já consagrados como é o caso de Henrique Morozoviski (de Curitiba).

Essa prática foi recuperada, após longa interrupção, pela Fundação Cultural de Curitiba, sob a Presidência do Doutor Mares.

Críticas de arte e estudiosos da cultura atestam o enfraquecimento dos movimentos artísticos e a manipulação dos bens culturais, após a Revolução de 1964. Está bem viva na nossa lembrança a ebulição dos festivais de música e a renovação e expansão do nosso teatro que iniciava uma postura crítica diante da sociedade e dos problemas brasileiros.

Houve uma espécie de suspensão que fez com que as obras, adormecidas nas gavetas da censura, perdessem sua atualidade social, enquanto eram substituídas em ritmo capitalista pelos enlatados considerados inofensivos e anestésiantes.

Os militares, afilhados do Pentágono temiam o verso e gesto, como o diabo, teme a cruz.

Durante estes anos todos, nosso patrimônio cultural se escoou tão rapidamente como nossas riquezas naturais e não é mera coincidência. A medida que se enfraquece um povo se lhe tira os referenciais culturais, suas razões de integração como nação simultaneamente se faz a rapinagem. E toda a América Latina é um dramático exemplo deste colonialismo.

Nosso Continente tem sido saqueado e aviltado e é urgente que se mantenha com nossos irmãos latino-americanos um intercâmbio saudável e profícuo, nesta luta comum.

No momento em que se cria o Ministério da Cultura é preciso cuidar para que não se torne também um grande máquina burocrática que compartimenta, engaveta e arquiva nossa memória.

Já temos a Lei que Organiza o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, falta a sua efetiva observância - e essa é a tarefa que nos desafia.

Com o espírito da Nova República, os artistas começam a se manifestar, voltam os poetas, os músicos e os educadores expulsos, e as obras começam a sair das gavetas e os filmes antes proibidos agora mostrados causam polêmica, são discutidos nas ruas e nas escolas.

E por todos esses fatos e ainda por aqueles que um pronunciamento apenas não pode conter, vimos propor este Projeto de Resolução que visa propiciar ao Poder Legislativo, a colaboração de uma equipe de artistas e estudiosos da cultura.

Além do assessoramento cultural que deveria permear todas as matérias tratadas, deve esta Casa do Povo abrir suas portas para encontros de caráter político-cultural.

A Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, há anos, mantém estas atividades, oferecendo ao público e o lançamento de filmes do interesse político, lançamento de livros, exposições e palestras.

E foi exatamente, o artigo do jornalista Aramis Millarch, no jornal "O Estado do Paraná", publicado em 1.º de abril, intitulado "A Assembléia Gaúcha dá Exemplo Cultural" que nos levou a propor este Projeto de Resolução que aguarda a aprovação do Plenário e que tem o seguinte teor:

**SÚMULA:** Cria a Assessoria Cultural da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 1.º - Fica criada a Assessoria Cultural da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que terá como atribuições:

I - Assessorar os Parlamentares ou Comissões, quando solicitado;

II - Desenvolver as tarefas relativas à preservação da memória do Poder Legislativo, no Paraná, tais como: a organização do arquivo histórico-crítico, sua preservação e divulgação;

III - Planejar, organizar, divulgar, criar e coordenar atividades ou eventos de caráter político-cultural, a serem realizados no âmbito da Assembléia Legislativa do Paraná, podendo estender-se à qualquer área da cultura;

IV - Representar, acompanhar ou informar, os Parlamentares, sobre os eventos ou realizações dos movimentos político-culturais nascentes nas diversas regiões do Estado ou do País.

Art. 2.º - A Assessoria Cultural da Assembléia Legislativa do Paraná será formada por assessores qualificados por sua atuação artísticas, ou pelos estudos desenvolvidos na área da cultura.

Art. 3.º - Os membros da Assessoria Cultural da Assembléia Legislativa em número de dez, serão escolhidos pelas bancadas partidárias através da apresentação e defesa de seus projetos, com salários equivalentes ao de técnico-senior.

Art. 4.º - Os candidatos aos cargos de Assessor Cultural deverão ser indicados pelos Parlamentares, guardando-se a observância da diversidade das áreas de abrangência da cultura e a proporcionalidade representativa das bancadas.

Art. 5.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

É para que esse Projeto de Resolução, e com esta justificativa que solicito o apoio e a colaboração de todos.

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência concede um aparte. (Assentimento).

Deputado, eu não entendi bem, talvez, Vossa Excelência parece que cria cargos aí?

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Criamos a Assessoria Cultural da Assembléia, porque a Assembléia é do povo e o povo é cultura. E a cultura não pode ser alijada da Casa do povo, como tem sido durante séculos, desde que a Assembléia existe não

se prestigiou através deste Poder ... (discussões paralelas).

O Sr. Gabriel Manoel - Vossa Excelência me dá o aparte, nobre Deputado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Estou lhe concedendo e lhe respondendo ao mesmo tempo.

O Sr. Gabriel Manoel - Mas, respondendo antes de que eu formule minha pergunta, nobre Deputado.

Vossa Excelência sabe que o Paraná está sofrendo um impacto de economia. Como pode Vossa Excelência, paranista que é, mandar uma mensagem, um requerimento aliás, este, para criar cargos com polpudos vencimentos, Deputado? Onde estamos? Por que Vossa Excelência na cultura também não pensa na agricultura? Por que que Vossa Excelência Deputado, quer que a Assembléia seja tachada de "trem da alegria"?

Vossa Excelência sabe que lhe respeito e respeito os artistas, mas serão dez beneficiados, e o resto, e o povo, Deputado? Então eu pediria a Vossa Excelência que mudasse este artigo. Serão escolhidos funcionários da Assembléia que já percebem vencimentos. Daí, então, o seu pedido teria aprovação de todos nós.

Mas, criar mais cargos, Deputado, isto é uma redundância, porque quando se fala, que o Governo Richa não tem dinheiro para pagar um aumento para os Delegados de Polícia, Vossa Excelência, como diz o português: "vende borzequin, o leito". Vossa Excelência está errado, Deputado, permita ...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Estão encerrados os dez minutos.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Mais dois minutos, Senhor Presidente, para concluir meu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Apenas para dizer, e lamento que o ilustre e veterano Deputado levante a voz contra a Arte e a Cultura do povo do Paraná. Quando não levantou a sua voz para contestar oitocentos milhões que nós vamos gastar, para por um vidro decorativo no plenário novo da Assembléia Legislativa do Paraná; dinheiro aplicado na cultura é investimento; cultura não é despesa, ilustre Deputado. Cultura é investimento em prol da liberdade, da democracia, do bem-estar de um povo, pois um povo só pode ser grande, uma nação só pode ser forte, só pode ser robusta, se o seu povo for culto, tiver cultura e respeito por ela.

Hittler mandou destruir Paris, e o general detectou naquela hora, e ele teria enlouquecido, porque ele não poderia destruir a cultura.

Investir na cultura, ilustre Deputado, é investir no Paraná, e esta Assembléia por tantos anos, que se esqueceu dos homens que trabalham no anonimato, produzindo Arte, Cultura, Música e Literatura, foram esquecidos, pelo Poder Legislativo, e hoje nós queremos que o Poder Legislativo nesses novos tempos, invista na Cultura, porque estará investindo no Paraná. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua o Horário da Liderança do PMDB.

O Sr. Caíto Quintana - O restante do Horário será usado pelo Senhor Deputado Sabino Campos, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Senhor Deputado Sabino Campos.

O SR. SABINO CAMPOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Através da coluna do economista Joelmir Betting, publicado nos principais jornais do país, nos chegou a informar que o Governo dos Estados Unidos da América, por decreto, determinou a mistura de álcool anidro na gasolina, na proporção de 5 por cento. A mistura americana começará em junho, sendo aumentada gradualmente até atingir os 5 por cento a partir de janeiro do próximo ano.

Isto representará, Senhores Deputados, segundo os dados fornecidos pelo economista, um novo mercado de 28 bilhões de litros de álcool por ano, o equivalente a três vezes a produção total do Brasil no ano passado. Os produtores norte-americanos cobrirão um décimo desse novo mercado criado por lei. Os outros 90 por cento terão que ser importados.

Ainda, segundo o economista, o Brasil poderá vir a se tornar no principal fornecedor deste mercado extra de álcool, via PRÓ-ALCOOL, caso os americanos não exagarem nas contrapartidas confiscatórias ou protecionistas. No momento, o álcool brasileiro responde por 73 por cento das importações totais dos Estados Unidos. Num total de meio bilhão de litros importados no ano passado o Brasil entrou com 380 milhões de litros.

O argumento da exportação de álcool do Brasil é reforçado pelo fato de que o álcool aqui produzido, a partir da cana-de-açúcar, é muito mais barato, pois estamos pagando a nível de preço final do consumidor cerca de 36 centavos de dólar por litro, enquanto o álcool americano, produzido a partir do milho, custa na destilaria 45 centavos de dólar por litro.

Inicialmente contente, posteriormente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esta notícia nos deixou bastante preocupados, porque poderá ocorrer uma nova corrida ao plantio de cana-de-açúcar de forma indiscriminada, sem qualquer critério, visando a produção de álcool.

E isto não interessaria de maneira alguma ao nosso povo e ao nosso país.

Senhor Presidente e Senhores Deputados. Temos motivos de sobra para nos preocupar, pois em nossa história a alimentação da população jamais foi a tarefa prioritária da agricultura brasileira. Da Colônia ao Império, e nas diversas fases da República, prevaleceu sempre a preocupação de exportar a todo o custo e o descaso em relação às necessidades da população do país. A produção de alimentos para consumo interno sempre foi limitada ao mínimo indispensável para a manutenção e reprodução da força do trabalho.

E o desestímulo à produção de alimentos e as pressões dos interesses externos sobre a agricultura brasileira, se materializam de forma dramática na subnutrição crônica da maioria da população, tanto a urbana como a rural. A agricultura brasileira simplesmente não oferece calorias e proteínas em quantidades

suficientes para garantir uma vida saudável à população.

Esta realidade foi claramente demonstrada pelo professor Fernando Homem de Melo, da Universidade de São Paulo, em um detalhado estudo sobre a quantidade de calorias e proteínas que estiveram à disposição dos brasileiros nas últimas décadas, provenientes dos 15 principais alimentos de origem animal e vegetal, consumidos no país.

Evidentemente, o desestímulo à produção de alimentos não é obra do acaso, mas resultado de política conscientes. Nos últimos anos, o principal instrumento da política de incentivo aos produtos de exportação (algodão, café, cacau, amendoim, soja e cana-de-açúcar) tem sido o crédito rural. A forma como ele é distribuído indica claramente as preferências e prioridades estabelecidas pelas autoridades econômicas. Considerando que os recursos de crédito são públicos, conclui-se facilmente, que os brasileiros pagaram subsídios para baratear os produtos consumidos por outros países.

O resultado aí está. Mesmo no começo dos anos 80, quando se anunciavam safras recordes e o país se alçava à posição de quarto exportador mundial de alimentos, o Brasil passava ao vergonhoso sexto lugar no campeonato de desnutrição - atrás apenas da Índia, Bangladesh, Paquistão, Filipinas e Indonésia.

Já em 1984, um estudo do Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPEA) calculou que a fome atingia 86 milhões de pessoas, vejam bem, Srs. Deputados, 86 milhões de pessoas, e podia estar gerando uma sub-raça de brasileiros, cujos filhos eram 16 por cento menores e pesavam 20 por cento a menos que a média das crianças no país. O próprio Ministro do Exército da época, alarmara-se ao constatar que até 47 por cento das dispensas do serviço militar se deviam à carência nutricional dos convocados.

Muitos para justificar esta situação se escondem atrás do argumento de que a população brasileira cresce muito rapidamente.

Mas, se esquecem que a agricultura brasileira sempre cresceu mais rapidamente que a população. Portanto, a causa da fome não é a falta de alimentos, mas sim a sangria de nosso país. O problema é que a produção de alimentos para exportação, vem se tornando cada vez maior, porque recebeu mais apoio, resultando em aumento de produtividade e da área plantada. E, ano após ano, cada vez mais alimentos brasileiros vão saindo para outros países.

Com isso aguçou-se violentamente a mais grave contradição de nosso país: possuímos um dos solos mais férteis do mundo, mas a maioria dos brasileiros são subnutridos ou passam fome.

Por isso, nos preocupamos, Srs. Deputados, com a possibilidade do Brasil vir a aumentar a plantação de cana-de-açúcar para exportar mais álcool para os Estados Unidos.

E, a situação fica ainda mais grave quando sabemos que a cultura de cana-de-açúcar é altamente concentradora de propriedades, responsável pela evasão da população rural, estagnação de setores vitais, pela expulsão das culturas produtoras de alimentos e liberação de mão-de-obra do campo ou formação do bóia-fria, face à sazonalidade na utilização destes trabalhadores.

Sr. Presidente e Srs. Deputados. "A priori" não somos contra que o Brasil incremente o plantio de cana-de-açúcar para a produção de álcool.

Acreditamos que isto pode contribuir para ajudar na solução de nossos problemas energéticos e pode até contribuir às exportações, melhorando a nossa balança comercial.

O que não podemos admitir é que este fato gere uma febre indiscriminada à plantação de cana, arrasando áreas que hoje são destinadas ao plantio de alimentos necessários ao consumo interno.

E, não podemos admitir também que se promova um novo incentivo à produção de álcool sem que se resolva o grave problema da poluição do meio ambiente provocada pelas Usinas. Todos sabemos que a indústria alcooleira é, potencialmente, uma das maiores geradoras de cargas poluidoras líquidas. Dentre as fontes de descarga líquida, destaca-se o vinhoto que é produzido na proporção de 12 a 14 litros por litro de álcool, e que no quadro atual vem causando sérios problemas para o meio-ambiente no Brasil, principalmente devido o lançamento de vinhoto em rios, provocando irremediáveis danos à flora e à fauna.

Dados da SUREHMA demonstram que apenas uma pequena destilaria de álcool, com capacidade de 5.000 litros, por dia, possui um potencial poluidor equivalente a uma população de 46 mil pessoas, ou 4 milhões e meio de pessoas se considerarmos 100 destas destilarias.

Sr. Presidente e Srs. Deputados. Na época do "milagre econômico" difundiram amplamente a tese de que crescimento econômico é sinônimo de bem-estar social. Esta política fez com que o Brasil realmente crescesse, mas sem nenhuma preocupação com a melhoria da vida das massas trabalhadoras e sem o devido cuidado com a preservação de nossos recursos naturais, dentre os quais se destaca a preservação de nosso solo.

Agora, com a Nova República acreditamos que esta política será modificada, pois Sarney afirmou que honrará os compromissos assumidos por Tancredo Neves. E um dos principais compromissos de Tancredo foi o de lutar para encher a panela do povo, incentivando a agricultura para a produção de alimentos necessários ao nosso consumo.

Por isso, Srs. Deputados, deixo aqui na Tribuna desta Casa de Leis, a nossa preocupação com a possibilidade de abertura de um novo mercado para exportação do álcool brasileiro, que se for conduzido da mesma forma como foi o PRO-ALCOOL será mais um dano para o nosso povo.

Era o que tínhamos a dizer.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra à Liderança do PDS.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Afirmou-se aqui como duas grandes conquistas do atual Governo, que o Senhor José Richa encaminhou a esta Casa e foi transformada em lei o pleito antigo do funcionalismo dos três serviços públicos Estaduais - a semestralidade.

Afirmou-se também, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, que foi dado ao funcionalismo público estadual o 13.º Salário. Já se disse que pior do que uma mentira completa é a meia verdade. E é a meia verdade, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, que tem campeado neste

Estado ultimamente.

Meia verdade, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, porque o funcionalismo público sabe que o Governo José Richa prometera em campanha eleitoral, dar a semestralidade e corrigir de acordo com os índices do INPC. E quando nós da Bancada da Oposição, apresentamos já no primeiro aumento concedido, no primeiro reajuste do atual Governo, de julho de 1983, uma emenda ao Projeto de Lei de autoria Governamental, estabelecendo aí sim a semestralidade com a correção de acordo com os índices do INPC, a Bancada Peemedebista, do regime PP, peemedebista do Paraná, no rolô compressor, resolveu votar contra e conseqüentemente não foi possível aprovar o pleito justo do funcionalismo público estadual, da correção da semestralidade com o INPC.

Posteriormente, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, a bancada também da Oposição nesta Casa, através de projeto do Deputado Airtton Cordeiro, solicitava duas medidas, a semestralidade e o estabelecimento do 13.º Salário - 13.º salário como o da Consolidação das Leis do Trabalho - 13.º salário que incidisse sobre os vencimento base e também sobre as vantagens do funcionalismo público.

Novamente, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, a Bancada Governista nesta Casa votou contrariamente. Pois bem, trago hoje um quadro simples, com relação ao aumento do funcionalismo concedido no Governo José Richa. Vamos verificar como é que tem se comportado o patrão José Richa. Não vamos falar na ameaça, não vamos falar num governo que se dizia democrático e autoritariamente o quinteto Richa, Bracarense, Scalco, João Elísio, coloca um decreto no Diário Oficial dizendo que o funcionalismo público não pode reivindicar.

Que governo democrático é esse que ameaça? Não chegam as exonerações de mais de 1.500 funcionários por patrulhamento político e ideológico no início do Governo?

Não chegam os cargos, os 116 cargos criados pela Casa Civil? Não chega o Governo que aumenta os cargos em Comissão e aumenta os Senhores Parlamentares em 44% o número dos cargos em Comissão para poder nomear os seus apadrinhados políticos.

Pois bem, Senhores Parlamentares, desejo mostrar um quadro que elaborei com relação ao funcionário público que ganhasse 100 mil cruzeiros ao início do Governo José Richa. Cem mil cruzeiros ou um milhão de cruzeiros em janeiro de 1983. Qual foi o aumento dado pelo Governo José Richa em julho de 1983?

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, solicito a verificação se o microfone está ligado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Em julho de 1983, o patrão José Richa, esse que ameaça o funcionalismo público com nota no Diário Oficial, concedeu um reajuste de 58.17%, elevando em consequência, o salário desse servidor para CR\$ 158.170 cruzeiros, se fosse o reajuste feito de acordo com os índices do INPC.

Mas, qual foi o reajuste concedido pelo Governo do Estado? Foi da Ordem de 35%; em consequência o salário desse servidor passou a cento e trinta e cinco mil cruzeiros, havendo uma perda real da ordem de CR\$ 23.170.

Deveria Sua Excelência o Governador José Richa, para fazer jus à promessa de dar ao funcionalismo público aquilo que o funcionalismo público teria apenas para ter o reajuste normal do seu funcionalismo público, deveria ter dado 58.17%, mas faltou em julho de 1983, para igualar ao índice de correção do INPC, 23.17%.

Em janeiro de 1984, o reajuste com a aplicação do INPC seria de 74.8%, e o salário desse funcionário deveria ter subido para CR\$ 276.480 cruzeiros. Qual foi o reajuste concedido? Da ordem de 65%. Consequentemente salário foi para CR\$ 222.750 cruzeiros uma perda real já em janeiro de 1984 da ordem de CR\$ 53.730 cruzeiros ao mês.

Deveria ter dado ocasião, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares do Governo, um reajuste equivalente a 104.8%.

Em julho de 1984, com a aplicação do reajuste de 68.4%, esse salário subiria para CR\$ 465.590 cruzeiros, e o reajuste concedido em julho de 1984 foi superior ao índice do INPC pela vez primeira no Governo José Richa equivalente a 70%, o que equivale ao salário de CR\$ 378.680 cruzeiros, equivalendo já em julho de 1984 a uma perda real mensal desse funcionário hipotético que criamos equivalente a CR\$ 86.910 cruzeiros por mês.

Portanto, em julho de 1984, o funcionalismo público estadual do Estado do Paraná teve uma queda real do salário, comparando os índices do INPC, da ordem de 39%. Calculem os Senhores Parlamentares: este foi o dinheiro que o Governo José Richa apropriou-se do funcionalismo público, e ao final do ano deu ao funcionalismo público como uma grande benesse o 13.º salário.

Ora, Senhores, se nós pegarmos esse mesmo funcionário e fizermos o cálculo do que representa a perda real do que ele teve de salário, nós chegamos à conclusão de que se o Governo José Richa tivesse dado os mais 39% de acordo com o INPC, esse funcionário teria direito a dois salários e um terço a mais por ano. E o

que faz o Governo José Richa para criar a meia verdade ou a mentira completa? Dá o 13.º salário "meia sola" popularmente chamado.

Concedo o aparte ao Deputado Ailton Cordeiro.

O Sr. Ailton Cordeiro- Deputado Luiz Alberto Oliveira, Vossa Excelência aborda com rara propriedade questões importantes da política de recursos humanos do Governo do Estado. Começo o aparte ao pronunciamento de Vossa Excelência pela seguinte observação. O Governo eleito em 1982 se propunha a reduzir a defasagem salarial. Vossa Excelência provou, com números estatísticos, que este Governo aumentou o fosso da defasagem salarial, chegando a perto de 40%.20% somente no primeiro aumento, no primeiro reajuste.

Disse há pouco da tribuna desta orquestração que a Bancada Governista montou para defender o Governador e para neutralizar o movimento reivindicatório dos servidores públicos, disse o Deputado Mário Pereira que seria um descalabro o Governo do Paraná ter que recorrer à operação financeira 63, indo buscar dinheiro no exterior para pagar os funcionários públicos estaduais.

Mas, não foi descalabro, Deputado Luiz Alberto Oliveira, para o Governador José Richa, e toda sua "entourage", ir buscar no exterior 25 bilhões de cruzeiros que o Banestado aplicou no Brasilinvest, liquidado extra-judicialmente. Vinte e cinco bilhões de cruzeiros que o Governo foi buscar em bancos internacionais, e que aplicou no Brasilinvest, e que perdeu.

Mas, perguntamos mais, ilustre Deputado, que política de recursos humanos é esta do Governo do Estado, que não paga os professores que dão aulas extraordinárias desde o mês de fevereiro deste ano? E que promete, como se concessão fora, pagar estes professores apenas no mês de junho, quando perderão pela acumulação do dinheiro a ser pago, um salário e meio para o faminto leão do Imposto de Renda.

Que política de funcionários- públicos é esta, do Governo do Paraná, que não dá atenção aos Senhores Delegados de Polícia que são peças imprescindíveis para o bom funcionamento da Justiça do nosso Estado?

Sinto-me pesaroso ao ver que aqui estão os Senhores Delegados de Polícia, recorrendo à Assembléia Legislativa, porque o Poder Executivo não teve sensibilidade. E quando o Deputado Nilso Squarezzi vai para a tribuna chamar de leviandade as verdades aqui afirmadas, certamente o ex-líder do Governo e hoje Presidente da Casa deve querer atingir os servidores que sexta-feira chamaram taxativamente, o Senhor Governador de



mentiroso.

Desta forma não podemos entender como é que este Governo pode ser exaltado por sua política funcional, se prometeu aos professores do Paraná concurso público e até hoje não realizou nenhum concurso público para admissão destes professores.

E sobre a Polícia, é bom que se diga que foi no Governo anterior criticado pelo Deputado Nilso Sguarezi, que a Polícia ganhou o seu Estatuto Civil; e que foi também no Governo anterior que o Magistério do Paraná teve sua aplicação de dispositivos importantes do Estatuto do Magistério.

Um regime de trabalho que Richa prometeu alterar para os professores paranaenses e que até hoje não alterou...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Apenas um dado para aduzir ao aparte ilustre de Vossa Excelência. Vossa Excelência deve se referir também ao Governo anterior, a algumas coisas que foram feitas especificamente na área da Polícia. Por exemplo, a elevação da gratificação da função policial e militar. A elevação do teto para a concessão da gratificação do tempo integral da Polícia Civil. Trouxe benefícios imediatos àquela época. Isto consta em discurso que fiz nesta Casa em 1979, quando pude constatar que aquelas medidas, ao seu tempo, (evidentemente que as reivindicações hoje são outras), trouxe possibilidade de melhoria salarial e funcional a mais de 15 mil servidores na área policial-militar.

O Sr. Caíto Quintana- Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Na sequência.

O Sr. Airton Cordeiro- Gostaria ainda de lembrar a Vossa Excelência que os Deputados do PMDB nesta sessão falaram muito sobre números. Os números da folha de pagamento, quando se encerrou o Governo anterior. E quando começou o atual Governo. Diziam inclusive que o Governo atual recebeu o Paraná endividado, quase que falido.

Fosse esta uma verdade, eu pergunto a Vossa Excelência e aos Senhores parlamentares, como José Richa teria pago a folha dos vencimentos de nossos servidores em dia em março de 1983?

Falam com os números, manipulam os números, mas se esquecem de fazer a avaliação destes mesmos números para chegarem a uma conclusão mais concreta hoje sobre o que gasta o Governo paranaense com o nosso corpo funcional. Se esquecem da inflação; se esquecem que este governo defasou ainda mais o salário dos servidores públicos paranaenses; se esquecem que este governo não instituiu hoje por lei a semestralidade que funciona

como uma antecipação salarial, como funcionava no governo anterior. Da mesma forma sem nenhuma novidade. Se esquecem os governistas de hoje de aplicar a grande promessa feita pelo PMDB em 1982, que era aumentar efetivamente os salários dos nossos servidores. Mas isto não está acontecendo. Pelo contrário, estes salários continuam sendo achatados. E para completar o quadro sombrio, este quadro que manifesta o desajuste indiscutível, inquestionável entre o discurso e a ação do Governo do PMDB.

Aí está agora uma "Espada de Dâmocles" colocada sobre a nuca de cada um dos servidores do Paraná.

Diziam antes, a polícia recebe com cacetetes com cães amestrados os servidores públicos do Paraná que fazem greve, que fazem reivindicação.

Hoje os servidores paranaenses não são recebidos pela polícia, mas são recebidos com o decreto que está no Diário Oficial cada um e a todos ao mesmo tempo com demissão. Demissão sumária. Graças à invenção do Governo criando o Conselho Deliberativo de Pessoal, que não tem outra razão, que não, intimidar os servidores públicos deste Estado. Isto é pior do que colocar a polícia na rua, porque isto significa tolher a capacidade de pensamento de cada um. Isto não é República Nova, Deputado Luiz Alberto. É um Estado Novo ressuscitado no Paraná pelo Senhor José Richa, pelos Senhores Secretários de Estado.

Isto significa uma violência contra a liberdade de pensamento e opinião. É isto que o Paraná inteiro precisa enxergar que os servidores já se aperceberam e não vão tolerar e, nós estaremos ao lado deles, não porque fazemos oposição hoje ao Governo do Estado, porque nós sempre estivemos ao lado das justas reivindicações do corpo funcional paranaense.

Não podemos silenciar diante desta arbitrariedade comandada pelo déspota que tomou conta do Palácio Iguapu, de que tem seguidores fiéis em cada Secretaria de Estado.

E por estas razões todas é que nós não entendemos como a orquestração de hoje pretende ser bem sucedida numa defesa mal feita do Governador e do seu governo.

Quem alega que será necessário buscar dinheiro no Exterior para pagar o trabalho dos servidores públicos paranaenses deveria num rápido exame de consciência, querer saber onde estão os 25 bilhões do Banco do Estado que foram aplicados no Brasilinvest. Onde está o dinheiro que o Governo gastou nas mordomias para o Governador e para os Secretários?

Onde está Deputado Luiz Alberto, o dinheiro que o Governo do Paraná pagou em comissões para os empréstimos

Muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu agradeço o aparte do Deputado Airton Cordeiro e, antes de conceder o aparte aos demais Deputados que solicitaram, gostaria de dizer a Vossa Excelência Deputado Airton Cordeiro, que realmente o que se vê no Estado do Paraná é uma sucessão de crises administrativas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa que está encerrado o seu horário e vai considerar dois minutos para conclusão do seu discurso.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Já que não pode conceder aparte aos eminentes oradores, concedo dos dois minutos restantes, um minuto ao Senhor Deputado Caíto Quintana, Líder do Governo.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado Luiz Alberto.

Eu creio não poder traçar aqui o que nós teríamos a dizer, nos faremos no Horário da Liderança, amanhã, as acusações sem sustentação feitas por Vossa Excelência, principalmente, queria fazer aqui uma pergunta e um convite ao Senhor Deputado Airton Cordeiro, que lamentavelmente, ocasionalmente, a gente encontra nesta Casa e não tem condição de discutir mais.

Gostaria de fazer uma pergunta. Quem foi o relator do projeto, anteriormente, quando a associação dos Funcionários Públicos solicitava o 13.º salário e a semestralidade no Governo passado e deu parecer contrário a esse projeto? Então exatamente, vamos separar a falácia da prática, porque se foi pouco o que foi dado pelo Governo do Estado do Paraná, foi muito mais do que Vossas Excelências deram em mais de vinte anos de Governo, aqui neste Estado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu digo apenas, que os homens do Governo hoje se assustam quando trazemos números e números, Senhor Presidente, são os números da mensagem do Governador do Estado.

Não deu tempo nem para falar do aumento imoral que o Governo concedeu no último aumento de janeiro de 1985, quando deu ao Funcionalismo Público 75%, não deu 81% do INPC, mas deu aos seus Secretários de Estado um aumento equivalente a 220% e se Sua Excelência o Líder do Governo, quiser saber aonde vou buscar os dados para o meu discurso, eu vou dar a ele a pista.

Ele que leia a mensagem do Governador do Estado às páginas 323 da mensagem governamental deste Estado.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa anuncia a presença do Senhor Deputado Federal, Irineu Brzezinski, neste Plenário.

A Mesa consulta à Liderança do Partido da Frente Liberal, se fará uso da palavra.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Governo passado, não pode servir de cavalo de batalha, para justificar as falhas deste governo.

Coerente com o povo paranaense, representado pelo eleitorado paranaense, que elegeu o atual Governador em 1982, baseado nas suas promessas, de fazer um Governo mais voltado para o social, não se preocupando com as obras de vulto, com as obras suntuosas, mas acontece, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que nós já estamos no mês de maio de 1985 e se propala que o atual Governador pretende disputar as eleições para o Senado em 1986, devendo portanto desincompatibilizar em maio do ano que vem, um ano mais de Governo e o que nós vimos nada no social (vozes sobrepostas).

Vemos agora, a reivindicação dos delegados de carreira, que pleiteam uma representação das mais justas, porque eles também fazem parte da justiça, da segurança do nosso Estado.

São os que passam as grandes dificuldades, é a quem são debitadas todas as falhas do setor de segurança e porque não conceder esta representação das mais justas, porque se olharmos o total do vencimento desses delegados de carreira, que deslocam, depois de cursarem uma universidade, se deslocam para o interior e muitas vezes até impossibilitados de levar a sua família com duas despesas, com vencimento de dois milhões e pouco no total.

Eu concedo o aparte, inicialmente, ao Senhor Deputado Caíto Quintana, Líder do PMDB.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado Gilberto Carvalho, Vossa Excelência começa o seu pronunciamento cometendo um equívoco e uma injustiça, quando diz que o Governo não tem nenhuma obra no "campo social". E um pouco antes, Vossa Excelência falava em obras faraônicas.

O que não tem o Governo José Richa, Deputado Gilberto Carvalho, são, exatamente, obras faraônicas. Não tem, não aparecem, porque são no "campo social". É indiscutível a presença deste Governo, no campo social, nobre Deputado.

Eu acho que está na hora, realmente, desta Assembléia passar a discutir os

assuntos da forma como o Líder do PDS e como Vossa Excelência foi à tribuna, para avaliarmos, com profundidade, as obras no campo social deste Governo. O trabalho do Governador José Richa, o tempo do Paraná, a credibilidade do Governador. Porque falar por classes que, muitas vezes, nem procuração deram para ser falado, é fácil. O funcionalismo público do Paraná é testemunha das vantagens que recebeu deste Governo. É testemunha, nobre Deputado.

Enquanto outros Estados, até hoje se bate o funcionalismo para, instituído por lei ou não, conseguir a semestralidade, no Paraná foi dado no primeiro ano do Governo. Enquanto se luta em muitos Estados, administrados pelo Partido de Vossa Excelência e por partido do PDS, para conseguir o pouco que foi dado no Paraná, nos já damos no primeiro ano de Governo. Então, acredito que é o momento de passarmos a discutir esses dados. Está na hora, realmente, do Paraná saber quando a prática é substituída pela falácia, pela pregação politiquêira, pela tentativa de defender o indefensável. Vossa Excelência mesmo fala, aqui, nos aumentos concedidos ou na tentativa de aumento para delegados, para escrivães, para médicos legistas, para cargos correlatos do legislativo e do executivo, para promotores de justiça, mas são emendas do Deputado do PMDB, que estão aqui no bojo para serem analisados hoje.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Nós estamos aqui para dar apoio, nobre Deputado, é por isso que estou aqui na tribuna.

O Sr. Caíto Quintana - Não. Vossa Excelência está aqui para contestar o que foi feito, a verdade do que foi feito pelo Governo em favor do funcionalismo público até hoje. Meias verdades não servem para o nosso lado. Mas, meias verdades também servem para o lado dos Senhores.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Antes de conceder aparte aos demais colegas, quero concedê-lo ao Deputado Requião que havia pedido antes.

O Sr. Roberto Requião - Deputado Gilberto Carvalho, antes do início da sessão, eu conversava com um amigo meu, o Delegado Barros, e ele me citava um dito de um avô seu, sábio: "A prática é o critério da verdade". Temos sobre a mesa, Deputado, algumas emendas que entendem vantagens a diversos setores do funcionalismo, de autoria, exclusivamente de autoria de Deputados do PMDB.

Mas, estamos assistindo o discurso de Vossa Excelência como assistimos o discurso do Líder do PDS. Eu solicitaria ao ilustre Deputado, uma vez que, dentro de poucos instantes, vamos votar essas

emendas, que retórica fosse substituída pela bancada em Plenário, para garantir o quorum de aprovação das emendas.

A bancada que Vossa Excelência, solitariamente, representa, hoje, poderia contribuir com 8 Deputados, para o quorum desta sessão; a mesma coisa deveria ocorrer com a Bancada do PDS. Fica o meu apelo, Deputado, para traduzir por um apoio concreto de plenário, o apoio retórico que Vossa Excelência e o PDS estão dando às nossas emendas em Plenário.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Vossa Excelência para cobrar da nossa bancada, que na hora da votação estará presente, poderia verificar que a bancada de Vossa Excelência, com 34 Senhores Deputados, teria número suficiente para aprovar toda essa mensagem, e veja quantos tem aqui no momento.

Concedo aparte ao Deputado Gabriel Manoel.

O Sr. Gabriel Manoel - Deputado Gilberto Carvalho, é uma anomalia. Mudou-se a figura dos homens que prestam serviço nesta Assembléia como deputados. Hoje, eles falam, Deputado, que não existe verba, que não existe arrecadação. É meia verdade, porque os jornais dizem que o Paraná arrecada, que a safra de grãos é uma das maiores. Se nega, Deputado, aos delegados de Polícia, que arriscam a sua própria vida pra defender os nosso lares, com o pretexto Deputado, faço um paralelo torto, mas que faço um paralelo como disse o Deputado Luiz Alberto, da arrecadação da aspiral inflacionária e de devasagem, e da grande arrecadação do herário público, para ver, se temos ou não temos condições de aprovar um aumento aos ilustres delegados de polícias, íntegros, que lutam, arriscam sua vida, sua família, para defenderem os nossos lares.

Que caia a máscara, que derrubem a máscara, que votem contra, que olhem pela cultura. Não estamos aqui fazendo apologia de Sócrates, estamos aqui na realidade, palpável, imploramos e pedimos à Bancada do PMDB que dê a Cesar o que é de Cesar, sem demagogia. Que defendam a integridade do Governo José Richa, que tenham a coragem de votar com a independência de um Poder. Porque já dizia Ruy Barbosa: "Covarde é aquele que se dá por vencido, antes de começar a luta". Onde estão os defensores da verdade, os homens dos palanques, as mariposas da ilusão? Que votem, hoje, a favor dos delegados.

Meus parabéns, nosso líder.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Eu agradeço o aparte do nobre Deputado. Mas, afirmando, que nós ouvimos agora há pouco o pronunciamento de que esse Governo elevou a folha de pagamento numa soma

vultuosa, mas é preciso que se dê destaque, à elevação dessa folha de pagamento, o percentual dos cargos em comissão e dos funcionários estatutários.

Dizia, também, que o Governo estava falido, mas não foi isso que disse o Governador José Richa ao comparecer nesta Casa para prestação de contas, dizendo que o Estado do Paraná é um Estado viável. Então é preciso que se diga a verdade.

Mas vim, Senhor Presidente, hoje, para dar apoio a esta reivindicação dos delegados de carreira. Não é pelo fato da emenda apresentada pelo nobre Deputado Antonio Annibelli, proposto à extensão desse benefício, também, à carreira de delegados. Se já existe apresentação desta emenda, e que nós julgamos salutar, porque não vir a esta tribuna só porque o PMDB já havia apresentado. Eu venho para dizer que a nossa bancada dará integral apoio a esta emenda. Mas venho, também, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu que retorno hoje da minha região, quando falei no social, vou repetir agora, nós temos em vários municípios do Paraná as escolas da campanha nacional da comunidade, de pessoas dedicadas. Diretores dos centros em cada município onde existe um conselho, e que nenhum membro do conselho recebe qualquer remuneração, mas que auxiliam para manutenção dessas escolas. E os professores lecionam percebendo, por aula, menos de 50% do que o Estado paga nas suas escolas oficiais.

Muitas vezes, a CNC cedendo prédios de sua propriedade, para que o Estado ocupe, também, as salas de aula. E o que está acontecendo? O Município de Rio Bom, que já tem cinco turmas formadas, com o processo para ser reconhecido, recebe agora o seu diretor, um expediente dizendo que se a escola não equipar com o seu escritório modelo e laboratório, essa escola será fechada em trinta dias. E como ficam essas cinco turmas? Como ficam esses alunos que lá estão estudando? Se sabem que a escola não tem recursos, se sabem que o Estado em muitos dos seus estabelecimentos não têm escritório modelo, não têm o laboratório, e quer exigir da campanha.

Mas existiu também durante a campanha política de 82, um movimento que, nos locais onde existia a Campanha Nacional da Escola da Comunidade, que seria estadualizada, que o Governo iria criar o segundo grau mantido pelo governo do Estado, e que as famílias não precisariam mais contribuir para a manutenção das escolas da C.L.C.

E o que acontece agora, onde os Prefeitos são do PMDB? Não dão qualquer ajuda, embora tenham um convênio de ajudar com dois salários por turma, para a manutenção dessa escola. Eu já propus à Senhora Secretária de Educação, que

concedesse pelo menos 50%, do que ela gasta nos estabelecimentos oficiais. Que a escola seria mantida a bom nível, e oferecendo condições a estes alunos do interior, para que possam continuar os seus estudos. E o que acontece? É esta ameaça. No município de Bom Sucesso, a escola ocupada também pelo Estado, quase ruim, sem condições de superar; sem condições, a direção da escola, de manter em dias até os encargos sociais, porque nenhuma ajuda recebe.

Em São Pedro do Ivaí acontece a mesma coisa. É esta a preocupação com o social, postos de saúde, os medicamentos que diminuíram.

Eu concedo o aparte ao nobre líder, Luiz Alberto Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - No aspecto do campo social, quando o Líder do Governo, nos convida a um debate, sobre o aspecto social do Governo, eu gostaria de lembrar a Vossa Excelência o exemplo evidente aqui na nossa Casa, onde uma entidade de benemerência, de relevantes serviços prestados, Sazza Lattes, é fechada, e as entidades, os diretores da entidade denunciam que fecham a entidade com mais de 20 anos prestados, exatamente porque faltou apoio do Governo, que se diz um Governo social.

Eu vou analisar, eminente Líder do PFL. O Paraná é um Estado que tem, praticamente, a sua infraestrutura complementada. É preciso, realmente, fazer mais obras de eletrificação rural, e por isso, nós damos a possibilidade do atual Governo e pegar mais cem milhões de dólares no exterior. É preciso, realmente, completar a malha viária e é por isto, que nós demos a autorização para o Governo do Estado solicitar mais trezentos milhões de dólares do exterior, para complementar o Programa de Malha Viária, ou de rodovias asfaltadas do Estado.

É preciso, Senhor Presidente, Senhores Deputado, que nós enfim continuemos o trabalho normal do Estado, gerando empregos, fazendo investimentos em despesa de capital. Mas um Governo que queria ser social, não pode esquecer o homem, e em consequência disso deve atender prioritariamente os seus servidores. Este é o grande dilema do Governo José Richa. Já que o Estado complementou a sua infraestrutura, é hora agora, de aplicar no social, na educação, na saúde, mas sobretudo, investimentos dignos, para os servidores públicos estaduais.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Muito obrigado, nobre Deputado. Eu quando verifico pessoalmente em cada um dos municípios o que passa, os reclamamos, não só dos Prefeitos, que não pertencem ao Governo, mas, os Prefeitos ligados ao Governo,

reclamando das dificuldades; as creches por falta de recursos, as escolas, não tenho culpa, e quando eu falo, digo que o nosso Partido agiria nessa Casa, com independência.

Estaria na defesa do povo, e assim está. O nobre Governador procura, com a sua pessoa física, suprir algumas falhas do Governo. Não tenho culpa se ele tem alguns secretários que não têm capacidade administrativa, e para começar, logo na principal Secretaria, ao nosso ver, que é no campo social, é a Secretaria de Educação, que a Secretaria deixa, não se preocupa com a escola que está fechando, mais vai proferir uma palestra na minha região, sobre a Constituinte. Cuide, primeiro, do seu estabelecimento, dos estabelecimentos de ensino do Estado, que passam por dificuldades tremendas; que corte, que pare um pouco com as perseguições e posso enumerar várias delas, caso seja necessário; a cada viagem que fazemos ao interior, são os reclamos, que nós trazemos, que ouvimos, em cada um dos Municípios. Se trazemos uma crítica, é uma crítica construtiva, visando o bem-estar da Comunidade paranaense. É por isto que eu venho a esta tribuna, venho, para pedir ao Governo do Estado, que ao receber uma crítica como esta, que procure averiguar se estou dizendo a verdade ou não; que verifique em Rio Bon, o que acontece; verifique em Bom Sucesso; verifique em São Pedro do Ivai, verifique o setor de segurança, se não é válido dar mais garantia, melhores condições aos responsáveis pela segurança, para que mais possa exigir deles.

Por isto é que eu venho a esta tribuna.

O Sr. Airton Cordeiro - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Gilberto Carvalho, dizia-me um professor, num outro dia:

"Antigamente, no Brasil nós tínhamos a ditadura, agora, nós temos a "gildadura".

Vossa Excelência aborda muito bem a questão da educação. Mas eu quero apenas fazer um reparo.

O Deputado Caíto Quintana disse, há pouco, que nós estamos aqui, defendendo pessoas e causas, sem procuração.

Mas Senhores Parlamentares, existe maior procuração do que um mandato popular, que é uma procuração, para todos os efeitos legais, morais? Existe maior? Parece-me que não.

O que na verdade nós estamos percebendo, Deputado Gilberto Carvalho, é que desarticulado, desarvorado, atônito, incapaz de cumprir o que prometeu, o PMDB hoje vai vendo esvaziar a sua mensagem, perante o eleitorado do Paraná. É possível mentir por algum tempo, mas nunca, por todo o tempo.

O tempo do PMDB, Deputado Gilberto Carvalho, foi muito curto!

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO - O que todos nós no Paraná desejamos é que, o Governo tome as medidas corretas!

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

Com a presença de 43 Senhores Deputados.

A Mesa, com base na Resolução n.º 02/71, abre prazo por três (3) dias consecutivos, a contar de amanhã, dia 21 do corrente mês, para oferecimento de Emendas às Proposições n.ºs 83/85 e 84/85, Propostas de Emendas à Constituição do Estado, de autoria dos Senhores Deputados Edgard Pimentel e Luiz Alberto Oliveira.

Sobre à mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência de votação do Projeto de Lei n.º 168/84, que objetiva reformular a estrutura dos serviços Administrativos do Tribunal de Contas do Estado, bem como alterar seu Quadro de Pessoal Efetivo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação do Projeto de Lei n.º 168/84, constante da Ordem do Dia de hoje, acima aprovado:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 168/84, que objetiva reformular a estrutura dos Serviços Administrativos do

Tribunal de Contas do Estado, bem como alterar seu Quadro de Pessoal Efetivo e adotar outras providências. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI N.º 168/84

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- O Quadro de Pessoal efetivo do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, passa a ser o constante do Anexo I, do presente Projeto de Lei.

Art.2.º- A denominação e classificação dos cargos, o grupo ocupacional a que pertencem, bem como as respectivas séries de classes, passam a ser as constantes do Anexo II, com as respectivas correlações de enquadramento.

Art.3.º- Os cargos constantes do Anexo II, que não existiam na estrutura anterior, ficam criados por esta Lei, com as respectivas denominações, classe, referência e percentuais de vencimentos.

Art.4.º- Os cargos de provimento em comissão, previstos no Anexo II, da Lei n.º 7.077, de 03 de janeiro de 1979, atualmente pertencentes à simbologia DAS-4, passam a pertencer à simbologia DAS-3.

Art.5.º- Ficam incluídas na estrutura administrativa do Tribunal de Contas a Diretoria de Recursos Humanos, a Diretoria de Processamento de Dados e as Coordenadorias de Comunicação e Relações Públicas, Engenharia, Ementário e Jurisprudência e Apoio Administrativo.

Parágrafo Único- Ficam criados no Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, 02 (dois) cargos em Comissão de Diretor, símbolo DAS-3, e 04 (quatro) cargos de Coordenador, símbolo DAS-4.

Art.6.º- Os vencimentos dos funcionários do Tribunal de Contas serão fixados para cada classe, com base no vencimento do cargo de Técnico de Controle- TC-1, Classe A, Referência I, observando os índices percentuais estabelecidos na Tabela de Escalonamento vertical contida no Anexo I, desta Lei.

Parágrafo Único- O vencimento mensal do cargo de Técnico de Controle TC -1 Referência I, é fixado em CR\$ 1.185.359,00 ( um milhão, cento e oitenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e nove cruzeiros).

Art.7.º- O funcionário promovido horizontalmente perceberá um acréscimo no vencimento nos seguintes percentuais: 2% ( dois por cento), na Referência II, 4% (quatro por cento) na Referência III e 6% (seis por cento) na Referência IV, calculados sobre o valor do vencimento mensal do cargo de Técnico de Controle

TC-1, Classe A- Referência I.

Art. 8.º- A elevação do funcionário efetivo à referência ou à classe imediatamente superior àquela a que pertencer, dentro da mesma série de classe, bem como o seu ingresso na inicial, será regulamentado por ato do Tribunal, obedecidos os critérios de tempo de serviço, formação profissional e desempenho funcional, que será apresentada no prazo de 30 (trinta) dias da publicação da presente lei.

Art.9.º- Ficam criados no Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, 22 (vinte e dois) cargos de Consultor Técnico, com vencimentos fixados no percentual de 106% (cento e seis por cento) do valor fixado no parágrafo único do artigo 6.º-

Parágrafo Único- Os cargos de que trata este artigo serão preenchidos por funcionários efetivos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas por ato do seu Presidente, com prévia aprovação do Plenário.

Art.10 - O artigo 15 da Lei n.º 7.077/79, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.15 - A Assessoria Técnico Jurídica fica transformada em Diretoria e a esta compete, basicamente as atividades de assessoramento jurídico e assistência técnica em assuntos especializados relacionados às áreas de Economia, Direito, Contabilidade e Administração, e será dirigida por um Diretor símbolo DAS-3".

§ 1.º- Para os efeitos do "caput" deste artigo, fica criado 01 (um) cargo de Diretor da Diretoria de Assuntos Técnicos e Jurídicos, símbolo DAS-3.

§ 2.º- Ficam mantidas as demais disposições da Lei n.º 7.077/79, de 03 de janeiro de 1979 e 7.665/82, de 28 de outubro de 1982, que não conflitem com o disposto nesta Lei.

§ 3.º- A atual Diretoria de Pessoal e Contabilidade passa a denominar-se Diretoria de Contabilidade e Finanças.

Art.11- Fica incluída na Tabela II, do Anexo V, da Lei n.º 7.665/82, o cargo de Consultor Técnico, pelo menos valor concedido ao cargo de Técnico de Controle.

Art.12 - Ficam extintos os cargos de provimento efetivo de auxiliar de serviço, código TC-AD- 302, níveis 17 e 18, previstos no Anexo III, da Lei n.º 7.665/82.

Art.13- Ficam incluídas na estrutura administrativa do Tribunal de Contas, 14 (quatorze) Funções Gratificadas, símbolo 1-F, correspondentes a Chefe de Divisão que serão instituídas por ato do Presidente, de acordo com a necessidade dos serviços.

Art.14 - As despesas com a execução desta Lei, correrão à conta do orçamento próprio do Tribunal de Contas do Estado.



Art.15- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de maio de 1985

(aa) HOMERO OGUIDO

Presidente

MÁRIO PEREIRA

Relator.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n.º 56/85, constante da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento de preferência de discussão e votação para o projeto de Lei n.º 56/85, constante da Ordem do Dia de hoje, acima aprovado:

3.ª DISCUSSÃO - Do projeto de Lei n.º 56/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 87/85), que objetiva elevar, para 170% (cento e setenta por cento), o índice percentual fixado no Art. 15, da Lei n.º 8.069, de 28.12.84, (Magistratura, Ministério Público, Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado). SEM PARECER. EM REGIME DE URGÊNCIA. COM EMENDAS DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, solicitando com fundamento no que determina o Art. 169, do Regimento Interno, que as Emendas apresentadas ao Projeto de Lei n.º 56/85 e aprovadas em 2.ª Discussão sejam votadas englobadamente, por tratarem de matéria que se refere especificamente ao mesmo artigo do Projeto. Não recebida pela Mesa.

O SR.LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)-

Vossa Excelência fez referência ao processo de votação em 3.ª Discussão. Apresento esta solicitação de vez que se encontra em 2.ª votação. E todas as matérias objeto das emendas de autoria dos diversos Deputados, nesta Casa, tanto dos Deputados do PMDB, quanto os Deputados da PFL e do PDS, versem sobre o mesmo assunto. Conseqüentemente, como já se acham englobadas no processo de vez que já foram aprovadas em segunda discussão, Vossa Excelência, no meu entendimento, não pode agora tentar votar individualmente cada. De vez que as emendas já se encontram no bojo do projeto e em conseqüência disso, só podem ser votadas englobadamente e não separadamente. Uma vez que já se trata de matéria aprovada por este Plenário.

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- Trata-se de matéria...

O SR.LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Aliás, Vossa Excelência poderia, com assessoria da Mesa, provavelmente lembrar do Art.169.

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa lembra-se bem do art. 166 e está indeferida a Questão de Ordem de Vossa Excelência, porque a matéria tem que ser aprovada emenda por emenda em 3.ª Discussão.

O SR.LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)-

Vossa Excelência se encontra com a assessoria da mesa, e gostaria que Vossa Excelência lesse o art. 169, por gentileza.

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa informa que já leu o art.169 e vai manter a sua decisão porque o art.166 diz explicitamente o seguinte: "na terceira discussão votar-se-ão em primeiro lugar as emendas uma a uma, sendo feita em seguida a votação do projeto em globo."

Está em votação a Emenda n.º 1.

O SR.CAÍTO QUINTANA - ( Para encaminhar).

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupo a tribuna nesse encaminhamento apenas para firmar uma posição, visto que, não foi motivo de liberação da nossa bancada, as emendas são de nossos companheiros de bancada. Mas, nós queremos situar determinados pontos para podermos colocar a tentativa do Governo em solucionar os impasses, os fatos das diversas categorias de funcionários públicos do Estado.

Até mesmo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, porque acusa-se o Governo, hoje, de, por Diário Oficial, ter cortado o diálogo.

Não, Senhor Presidente, o Governo do Estado do Paraná em instante algum cortou o diálogo com categoria alguma. Sempre a recebeu e sempre encaminhou dentro das possibilidades do Estado a solução. Firmo posição, Senhor Presidente e Senhores Deputados, porque, evidentemente, a possível aprovação ou rejeição de uma emenda aditiva ao Projeto n.º 56/85, pode gerar a expectativa, no entanto, não implementará antes da sanção benefício algum na folha do servidor.

E para que tenhamos condição de, no curso destas emendas firmar a posição que temos, queremos alegar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a partir do artigo 140, § 5.º, do Regimento Interno desta Casa e § 5.º, do Artigo 139- "Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva, que não tenha relação direta ou imediata com a matéria da proposição principal".

Ora, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós temos seis emendas de Plenário a votar, e temos também um projeto de lei que estamos votando. E no

projeto ele claramente fala sobre o benefício aos magistrados, aos procuradores do Tribunal de Contas e da Justiça.

Estamos entrando com emendas que não têm co-relação alguma com o projeto. Passou, continuará passando. No entanto, precisamos aventar para este aspecto.

Em segundo lugar, baseado na velha tecla, de uma Constituição que não aceitamos e que se pretende com uma Constituinte reformular, mas o artigo 47, diz explicitamente: "Compete privativamente ao Governador iniciar o processo legislativo das leis que disponham sobre matéria financeira".

Terceira colocação de que nós estamos com emendas numa lei ordinária, procurando substituir lei complementar; pelo princípio hierarquia de leis, nós estamos nesta Casa que é exatamente o Poder Legislativo por uma emenda ordinária modificando leis complementares.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira- Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Solicito a Vossa Excelência, de vez que a posição do Líder do Governo é clara, no sentido de que a Bancada do Governo vai votar favoravelmente reservando a Sua Excelência, o Governador, a possibilidade da sanção ou do voto. Parece-me que esta é a posição clara d PMDB.

Congratulo-me com Vossa Excelência, no sentido de realmente a Assembléia poder acolher as aspirações dos servidores e que Sua Excelência o Governador, que iniciou o processo legislativo, possa terminá-lo.

Vossa Excelência sabe também que a sanção governamental convalida, digamos, o vício de origem, desde que Vossa Excelência possa se valer desse argumento para tentar derrubar esta matéria. E, praticamente, o vício da inconstitucionalidade.

Pois bem, já que Vossa Excelência tem esta posição que é a posição do Governo do Estado e que é a mesma posição da bancada do Partido da Frente Liberal e a mesma posição da bancada do PDS, solicito então, que Vossa Excelência admita a votação englobadamente de todas as emendas para que aí, Sua Excelência, o Senhor Governador José Richa, possa, depois, numa análise, estabelecer qual a possibilidade de acordo com o Erário Público.

É um apelo que faço a Vossa Excelência, como Líder do Governo nesta Casa. Inclusive, apenas para registrar a Vossa Excelência que eu continuo com o artigo 169, do Regimento Interno da Assembléia.

O SR.CAÍTO QUINTANA - Agradeço o aparte, nobre Deputado, no entanto, creio que as questões de ordem tenham o acolhimento

ou não pela Mesa Diretiva. Compete à ela deferir ou não a Questão de Ordem de Vossa Excelência.

Só faço Senhor Presidente, Senhores Deputados, representantes de entidades que aqui estão presente. A Bancada do PMDB, a Liderança desse partido como sempre esteve, continua de portas abertas para continuarmos o entendimento em favor das classes de servidores do nosso Estado. No entanto, como acreditamos, principalmente aos Senhores Delegados de Polícia que aqui estão que uma confissão tirada num inquérito sob pressão ou coação, é facilmente derrubada posteriormente no instante em que se está julgando o fato.

Tenho as minhas ressalvas, Senhor Presidente...

O Sr.Airton Cordeiro- É mais uma ameaça, Deputado?

O SR.CAÍTO QUINTANA - Ora, Deputado, nosso Partido nunca fez ameaça. Estamos analisando inclusive, eu estou exclusivamente colocando: continuamos de portas abertas para dialogar a respeito. No entanto, antevejo pelos sérios erros da origem desta Lei que nós poderemos encontrar dificuldades para conseguir a sanção do Governador, até porque o encaminhamento, e isso eu fiz e os Senhores sabem, nós temos constância nesse diálogo, tive contatos, tive reuniões com as categorias interessadas no encaminhamento da tentativa de solução. No entanto, quero deixar claro nesta Casa de que a simples aprovação das emendas não irá implantar na folha de ninguém as melhorias.

Por isso mesmo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, continuamos abertos para o diálogo, para o encaminhamento das questões, e a nossa bancada votará...

O Sr. Antonio Belinati- Permite-me um aparte, Deputado.

O SR.CAÍTO QUINTANA - Pois não.

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- Artigo 78, inciso 6.º- "não serão admitidos apartes às palavras do Presidente paralelo ao discurso ou por ocasião do encaminhamento de votação".

O SR.ANTONIO BELINATI - (Pela Ordem)- Senhor Presidente. (Assentimento).

Vossa Excelência está tomando uma decisão agora e há pouco foi concedido um aparte e nesse momento Vossa Excelência não permite o uso da palavra.

O SR.PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa é que concede os apartes, e a Mesa não concedeu aparte algum, a Mesa apenas foi tolerante.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para concluir,

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Bancada do PMDB, por seus Deputados, autores da grande maioria das emendas, votará de acordo com cada Deputado e respeito delas. No entanto, chamamos a atenção para os vícios de origem dessas emendas para que não gerem uma expectativa e posteriormente, venha a se dizer que o Governo do Estado é insensível à reivindicação dos servidores públicos deste Estado. (Sem revisão do orador).

O SR. ANTONIO BELINATI - (Pela ordem) -

Senhor Presidente, é só para lembrar que o ilustre Líder do Governo mencionou que não poderia ser apresentada emenda por ser uma lei complementar, e na verdade é uma lei ordinária. Caberia, portanto, a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua em votação a Emenda n.º 1. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Vossa Excelência deu como aprovado o Projeto?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não. Primeiro as emendas, depois o Projeto.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Então, solicito de Vossa Excelência, pedindo vênua a Vossa Excelência, fará voltar com relação à solicitação que fiz de que as Emendas fossem votadas globalmente. Vossa Excelência indeferiu a Questão de Ordem, mas afinal um fato novo superveniente em Plenário, Senhor Presidente, de vez que o Líder do Governo libera a sua bancada para votar de acordo com a consciência de cada Parlamentar, eu torno à tela o assunto de votação englobadamente de todas as Emendas, Senhor Presidente.

Vossa Excelência, mesmo citando o artigo 166 do Regimento Interno, deve lembrar do artigo 169, e de vez que Vossa Excelência continua com a mesma posição e recorro da decisão de Vossa Excelência ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - a Mesa vai decidir a sua questão de Ordem transferindo ao Plenário.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Agradeço o espírito democrático de Vossa Excelência, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam a decisão da Mesa em não receber o requerimento do nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, permaneçam como estão. Aprovada a decisão da Mesa em não receber o requerimento.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA. (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Vossa Excelência colocou aprovar a decisão da Mesa. Portanto, estou solicitando e a maioria do Plenário votou contrariamente à decisão da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nobre Deputado, a Mesa colocou em votação pelo processo dos que aprovam a decisão da Mesa, queiram conservar-se como estão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Levantaram-se cinco Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Mas Vossa Excelência tem o direito de solicitar verificação de votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - A Mesa defere e vai proceder a verificação de votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Pela ordem) Vossa Excelência ainda não anunciou o resultado para ser pedida a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Não há resultado, porque o Deputado Luiz Alberto Oliveira requereu uma Questão de Ordem.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Nestas condições, Senhor Presidente, nos termos do Regimento Interno, requeiro chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa defere e vai proceder a chamada nominal dos Senhores Deputados. (É feita a chamada nominal dos Senhores Deputados até o Senhor Deputado Homero Oguido)

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Pela Ordem concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Retiro o pedido de verificação de votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Pela Ordem) Nestas condições retiro o pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está aprovada a decisão da Mesa. Em votação, novamente, a Emenda n.º 1. Os Senhores Deputados que aprovam...

O SR. MÁRIO PEREIRA - Pela ordem, Senhor Presidente. Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa pede ao nobre Deputado para que aguarde a votação.

Em votação. Aprovado.

Emenda n.º 2. Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda n.º 2, queiram conservar-se como estão. Aprovada.

Emenda n.º 3. Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda n.º 3, queiram conservar-se como estão. Aprovada.

Emenda n.º 4. Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda n.º 4, queiram conservar-se como estão. Aprovada.

Emenda n.º 5. Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda n.º 5, queiram conservar-se como estão. Aprovada.

Emenda n.º 6. Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda n.º 6, queiram conservar-se como estão. Aprovada.

Emenda n.º 7. Os Senhores Deputados que aprovam a Emenda n.º 7, queiram conservar-se como estão. Aprovada.

Em votação o projeto. Os Senhores Deputados que aprovam o projeto queiram conservar-se como estão. Aprovado.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 104/83, que autoriza a Comissão Executiva instituir medalhas, do "COMERCIÁRIO DO ANO" e do "OPERÁRIO PADRÃO", e dá outras providências. Aprovada.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 104/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

RESOLVE:

Art.1.º - Fica autorizada a Comissão Executiva a instituir medalhas, para a premiação do "Comerciário do Ano" e do "Operário Padrão".

§ 1.º - O "Comerciário do Ano" será o que for laureado com o 1.º (primeiro) lugar do concurso "Comerciário do Ano", promovido pelo Serviço Social do Comércio (SESC), Administração Regional.

§ 2.º - O "Operário Padrão" será o que for laureado com o 1.º (primeiro) lugar na campanha do "Operário Padrão", realizada pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e o Serviço Social da Indústria (SESI), em colaboração com os jornais "O Globo", do Rio de Janeiro, e "O Estado do Paraná", de Curitiba.

Art.2.º - A Comissão Executiva, através do Decreto Legislativo, estabelecerá os critérios para a

regulamentação e demais disposições para a concessão da referida homenagem, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias após a publicação da presente resolução.

Art.3.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14/05/85.

(aa) HOMERO OGUIDO - Presidente;

MÁRIO PEREIRA - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 182/84, que reconhece a Associação dos Servidores da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - ASALEP, como entidade representativa dos servidores da Assembléia Legislativa. Aprovado. (Publicado no D.A. 70/84, de 09/08/84).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 123/84, que autoriza contagem de tempo de serviço prestado ao Plano Nacional de Educação do Paraná - GEPLANAPAR, pelos Professores Estaduais, conforme específica. Aprovado. (Publicado no D.A. 46/84, de 29/05/84).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 153/84, que autoriza o Poder Executivo doar área de terra constituída do lote urbano n.º 9, da quadra n.º 15, à ACAS-ASSOCIAÇÃO CASCAVELENSE DE AMIGOS DE SURDOS, com sede e foro na Cidade de Cascavel, conforme específica. Aprovado. (Publicado no D.A. 59/84, de 25/06/84).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 213/84, que dispõe sobre o preenchimento de cargos nos Conselhos de Administração das Sociedades de Economia Mista, Empresas Públicas, Fundações e Autarquias, e dá outras providências. Aprovado. (Publicado no D.A. 82/84, de 05/09/84).

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 327/84, de autoria do Deputado FIORI LUIZ, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS E IRMÃOS LOPES" - AFIL, com sede e foro no Município de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 329/84, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LOANDA - APAE", com sede e foro no Município de Loanda, neste Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 348/84, de autoria do Deputado GERNOTE KIRINUS, que declara de utilidade pública o "GRANDE ORIENTE DO PARANÁ", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 366/84, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Rio Azul, uma área de terras, medindo aproximadamente 14.172,00 m<sup>2</sup>, situado no lugar denominado Cachoeira ou Faxinal de São Pedro, no Município de Rio Azul, de propriedade do Estado do Paraná, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 368/84, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor "GARIBALDI DUARTE REALE. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 369/84, de autoria do Deputado ADHAIL SPRENGER PASSOS, que declara de utilidade pública o "INSTITUTO JOÃO XXIII DE CURITIBA", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 380/84, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Dr. LUIZ GONZAGA PINTO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 382/84, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de utilidade pública o "CENTRO DE PROMOÇÃO HUMANA NOSSA SENHORA APARECIDA - CEPRHUSA", com sede e foro no Município de Rio Bm. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 386/84, de autoria do Deputado NELSON VASCONCELLOS, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO EXCEPCIONAL" - APAE, com sede e foro no Município de Cruzeiro do Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 01/85, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE FÊNIX", com sede e foro no Município de Fênix. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 03/85, de autoria do Deputado EGARD PIMENTEL, que concede o Título de Cidadão

Honorário do Paraná a DOM ARMANDO CIRIO, Arcebispo de Cascavel. Sem Parecer. Em Regime de Urgência. — **Aprovado.**

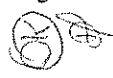
3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 04/85, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que denomina RODOVIA PEDRO BAGGIO, a atual Rodovia PR-525, que liga o Município de São Sebastião da Amoreira à BR-369. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 06/85, de autoria do Deputado ACIR MEZZADRI, que declara de Utilidade Pública a UMBANDA ALPHA ÔMEGA DO PARANÁ, CONFEDERAÇÃO com sede nesta Capital. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 56/85, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 87/85), que objetiva elevar para 170 por cento o índice percentual fixado no Art. 15, da Lei n.º 8069, de 28/12/84 (Magistratura, Ministério Público, Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado). Sem Parecer. Em Regime de Urgência. Com Emendas de Plenário. — **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 40/85, de autoria dos Deputados FERRARI JÚNIOR e ANIBAL KHURY, que acrescenta Parágrafo Único ao Art. 58, do Regimento Interno, modificado pela Resolução 71/80 (A Assembléia poderá dispensar da Redação Final os Projetos aprovados em 3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO e que não sofreram emendas suas tramitações). Com Parecer Favorável da Comissão Executiva. Em Regime de Urgência.

Sobre o referido projeto, emenda de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

 **EMENDA DE N.º 01**  
AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 40/85  
"Acrescente-se ao Parágrafo ÚNICO a expressão:"  
— Desde que haja acordo de Lideranças dos Partidos Políticos.

Sala das Sessões, em 16 de maio de 1985.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

APOIAMENTO: Basílio Zanusso, Péricles Pacheco, Nelson Buffara e Tuguio Setogutte.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 01/85, (Mensagem n.º 22/85, ex-Proposição n.º 25/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira n.º 170/83, celebrado em 09/05/83, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de REALEZA, visando a execução do PROSAFRAS, exercício de 1983. — **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 02/85, (Mensagem n.º 08/85, ex-Proposição n.º 10/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que encaminha cópia autêntica do convênio celebrado em 13/11/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de MATELÂNDIA, com participação da SUCEPAR, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana. — **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 03/85, (Mensagem n.º 26/85, ex-Proposição n.º 29/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que encaminha cópia autêntica do Convênio celebrado em 14/11/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, o Ministério da Agricultura e a OCEPAR, visando a execução das atividades de combate, prevenção e erradicação do Bicu-do Algodoeiro no Estado do Paraná. — **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 04/85, (Mensagem n.º 31/85, ex-Proposição n.º 34/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e Municípios mencionados, objetivando o engajamento dos referidos municípios no Programa de Manejo Integrado dos Solos. — **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 05/85, (Mensagem n.º 35/85, ex-Proposição n.º 40/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova Termos de Convênios celebrados em 19/10/84, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e Municípios que especifica, objetivando o engajamento dos municípios signatários no Programa de Manejo Integrado dos Solos. — **Aprovado.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 06/85, (Mensagem n.º 39/85, ex-Proposição n.º 44/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, em 25/06/84 e o Estado de Goiás, tendo como intervenientes nas Secretarias da Indústria e do Comércio dos Estados signatários, visando a cooperação técnica para desenvolvimento do Programa de Microdestilarias de Alcool no Estado de Goiás. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Humberto Carrano, antigo morador do Município da Lapa. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Orlando Bertoldi, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasoncellos, com apoio do Sr. Deputado Tuglio Setogutte, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Luiz Figueiredo, ocorrido no dia 18 de maio do corrente ano, nesta Capital. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Mendes Maina, ocorrido no dia 13 de abril do corrente ano, no Município de Londrina. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. ex-Deputado Felipe Bittencourt, ocorrido na semana passada. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento dos Srs. Gustavo Andrade de Oliveira, Erton Anschau e Heini Emílio Mertz, ocorridos no dia 18 de maio do corrente ano, entre os Municípios de Vera Cruz do Oeste e Santa Helena. — **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela inauguração do Santuário Mariano Internacional de Shöenstatt, nesta Capital. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongrue, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de regozijo a Sra. Presidente da Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná, pela promoção no Município de Ponta Grossa, do IX Congresso de Radiodifusão do Paraná. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de regozijo ao Sr. Secretário da Agricultura, pela dedicação probidade com o manuseio da coisa pública, especialmente no que tange à economia de combustível na administração direta durante o exercício de 1984. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 21/85, oriundo de Mensagem Governamental n.º 59/85, que objetiva criar dois cargos em Núcleos Regionais. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 30.º aniversário de jornalismo do jornalista Dino Almeida. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Acir Mezzadri, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário dos Transportes e Diretor Geral do DER, encarecendo o asfaltamento do acesso da BR-277 à Fábrica de Cimento Itambé, no Município de Balsa Nova. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Dr. Ignácio Mammana Neto, pela sua nomeação e posse como Presidente da Companhia de Financiamento de Produção do Ministério da Agricultura, em Brasília. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à União Mourãoense dos Estudantes de 1.º e 2.º Graus, pela eleição de sua nova diretoria executiva, ocorrida no Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de



expediente ao Sr. Secretário da Cultura e Esporte, encarecendo a liberação de recursos financeiros para a construção de uma cancha polivalente na localidade de Taquarimbé, no Município de Araruna. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência Social, encarecendo a criação e instalação de um escritório do FUNRURAL no Município de Campina da Lagoa. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao I Encontro Paranaense de Agentes, realizado no Município de Campo Mourão. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a recuperação e conservação da estrada que liga o Distrito Administrativo de Arapuã, no Município de Janiópolis, ao Município de Boa Esperança. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do Dia Nacional do Congregado Mariano. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo atenção especial frente a reivindicações de canchas para a prática de educação física, na Escola Estadual Rui Barbosa, Município de Londrina. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de mensagem de solidariedade a Frei Leonardo Boff, pela injusta e excessiva punição de que foi vítima em razão de sua postura em favor de uma Igreja Social. — Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a liberação de recursos destinados às Casas de Estudantes do Paraná. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, com apoio de demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando o envio de apelo à Câmara dos Deputados, no sentido de ser aprovado com urgência o Projeto de Lei n.º 2049/83, que permite a tolerância máxima de 5 por cento sobre os limites de peso bruto total e peso bruto por eixo dos veículos à

superfície das vias públicas. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações de qual o número de servidores, na ativa, de quadro geral e de cada um dos quadros próprios, especificando, em cada quadro, o número de servidores em cada um dos padrões e referências, bem como os enquadrados nos regimes de 20, 30 e 40 horas semanais. — Em discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA — Para discutir, Sr. Presidente.  
O SR. PRESIDENTE — (Anibal Khury) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de louvor à Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Curitiba, pela homenagem ao Presidente do Grupo Bamerindus, Dr. José Eduardo de Andrade Vieira, outorgando-lhe título de Personalidade AECIC — 84. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Presidente do Grupo Bamerindus, pela homenagem que lhe é prestada pela Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Curitiba, com a outorga do título de Personalidade AECIC-84. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo urgência na criação da Comarca de Pinhão. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando seja designada uma comissão composta por seis parlamentares, para representar esta Casa nas solenidades de instalação e posse da Diretoria da Seccional Nordeste da União Parlamentar Interestadual — UPI, a realizar-se em João Pessoa. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor da TV Paranaense Canal 12, desta Capital, pela apresentação, por essa telemissora da série de programas do cientista francês Jacques Cousteau, sobre a Amazônia. — **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 21, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 09 e 59/85.

E do Projeto de Resolução n.º 39/85.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 01 a 06/85.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 07 a 12/85.

Levanta-se a sessão.